



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 33ª REUNIÃO

(1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura)

**17/09/2015
QUINTA-FEIRA
às 10 horas**

**Presidente: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Vice-Presidente: VAGO**



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**33ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª
LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 17/09/2015.**

33ª REUNIÃO, ORDINÁRIA
Quinta-feira, às 10 horas

SUMÁRIO

1ª PARTE - AUDIÊNCIA PÚBLICA

| FINALIDADE | PÁGINA |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|
| Para discutir a situação atual da indústria de defesa brasileira e os projetos estratégicos do setor de defesa brasileiro. | 8 |

2ª PARTE - DELIBERATIVA

| ITEM | PROPOSIÇÃO | RELATOR (A) | PÁGINA |
|-------------|--------------------------------------------|-------------------------------|---------------|
| 1 | MSF 54/2015 - Não Terminativo - | SEN. TASSO JEREISSATI | 9 |
| 2 | PDS 339/2015 - Não Terminativo - | SEN. TASSO JEREISSATI | 77 |
| 3 | PRS 24/2015 - Não Terminativo - | SEN. CRISTOVAM BUARQUE | 85 |

(1)(2)(3)(4)(5)(6)(7)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira

VICE-PRESIDENTE: VAGO

(19 titulares e 19 suplentes)

| TITULARES | | | SUPLENTE |
|-------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|--------------------------------------|-------------------------------|
| Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP) | | | |
| Jorge Viana(PT) | AC (61) 3303-6366 e 3303-6367 | 1 José Pimentel(PT) | CE (61) 3303-6390 /6391 |
| Lindbergh Farias(PT) | RJ (61) 3303-6427 | 2 Telmário Mota(PDT) | RR (61) 3303-6315 |
| Gleisi Hoffmann(PT) | PR (61) 3303-6271 | 3 Delcídio do Amaral(PT) | MS (61) 3303-2452 a 3303 2457 |
| Lasier Martins(PDT) | RS (61) 3303-2323 | 4 Humberto Costa(PT) | PE (61) 3303-6285 / 6286 |
| Cristovam Buarque(PDT) | DF (61) 3303-2281 | 5 VAGO(16) | |
| Ana Amélia(PP) | RS (61) 3303 6083 | 6 Benedito de Lira(PP)(13) | AL (61) 3303-6148 / 6151 |
| Bloco da Maioria(PMDB, PSD) | | | |
| Edison Lobão(PMDB) | MA (61) 3303-2311 a 2313 | 1 João Alberto Souza(PMDB) | MA (061) 3303-6352 / 6349 |
| Roberto Requião(PMDB) | PR (61) 3303-6623/6624 | 2 Raimundo Lira(PMDB) | PB (61) 3303.6747 |
| Sérgio Petecão(PSD)(17)(18) | AC (61) 3303-6706 a 6713 | 3 Valdir Raupp(PMDB) | RO (61) 3303-2252/2253 |
| Eunício Oliveira(PMDB) | CE (61) 3303-6245 | 4 Romero Jucá(PMDB) | RR (61) 3303-2112 / 3303-2115 |
| Ricardo Ferraço(PMDB) | ES (61) 3303-6590 | 5 Hélio José(PSD) | DF (61) 3303-6640/6645/6646 |
| Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM) | | | |
| José Agripino(DEM) | RN (61) 3303-2361 a 2366 | 1 Ronaldo Caiado(DEM) | GO (61) 3303-6439 e 6440 |
| Aloysio Nunes Ferreira(PSDB) | SP (61) 3303-6063/6064 | 2 Flexa Ribeiro(PSDB) | PA (61) 3303-2342 |
| Tasso Jereissati(PSDB)(9) | CE (61) 3303-4502/4503 | 3 José Serra(PSDB) | SP (61) 3303-6651 e 6655 |
| Paulo Bauer(PSDB)(11)(14) | SC (61) 3303-6529 | 4 Antonio Anastasia(PSDB)(9)(12)(15) | MG (61) 3303-5717 |
| Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL) | | | |
| Fernando Bezerra Coelho(PSB) | PE (61) 3303-2182 | 1 João Capiberibe(PSB) | AP (61) 3303-9011/3303-9014 |
| Vanessa Grazziotin(PCdoB) | AM (61) 3303-6726 | 2 Lídice da Mata(PSB) | BA (61) 3303-6408 |
| Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB) | | | |
| Eduardo Amorim(PSC) | SE (61) 3303 6205 a 3303 6211 | 1 Marcelo Crivella(PR)B) | RJ (61) 3303-5225/5730 |
| Magno Malta(PR) | ES (61) 3303-4161/5867 | 2 Wellington Fagundes(PR) | MT (61) 3303-6213 a 6219 |

- (1) Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).
- (2) Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).
- (3) Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).
- (4) Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
- (5) Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).
- (6) Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).
- (7) Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).
- (8) Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
- (9) Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).
- (10) Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).
- (11) Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).
- (12) Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
- (13) Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).
- (14) Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
- (15) Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
- (16) Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
- (17) Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
- (18) Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 10:00 HORAS
SECRETÁRIO(A): JOSÉ ALEXANDRE GIRÃO MOTA DA SILVA
TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-3496
FAX: 3303-3546

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: cre@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
55ª LEGISLATURA**

**Em 17 de setembro de 2015
(quinta-feira)
às 10h**

PAUTA
33ª Reunião, Ordinária

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE**

| | |
|-----------------|------------------------------------------------------|
| 1ª PARTE | Audiência Pública |
| 2ª PARTE | Deliberativa |
| Local | Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3 |

Mudança para o Plenário 3

1ª PARTE**Audiência Pública****Assunto / Finalidade:**

Para discutir a situação atual da indústria de defesa brasileira e os projetos estratégicos do setor de defesa brasileiro.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- [RRE 68/2015](#), Senador Ricardo Ferraço e outros

Convidados:**Renato Galvão Flôres Junior**

- Professor da Escola Brasileira de Economia e Finanças da Fundação Getúlio Vargas - FGV

Sami Hassuani

- Presidente da Avibras Indústria Aeroespacial e Presidente da Associação Brasileiras das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança - ABIMDE

2ª PARTE**PAUTA****ITEM 1****[MENSAGEM \(SF\) Nº 54, de 2015](#)****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOSÉ ESTANISLAU DO AMARAL SOUZA NETO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Tunísia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Tasso Jereissati

Relatório: Diante da natureza da matéria ora apreciada, eram essas as considerações a serem feitas no âmbito do presente relatório.

Observações:

Leitura do Relatório nos termos do Art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Textos da pauta:

[Relatório \(CRE\)](#)

[Anexos \(CRE\)](#)

[Avulso da matéria](#)

ITEM 2**[PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO \(SF\) Nº 339, de 2015](#)****- Não Terminativo -**

Aprova o texto revisto, em Português, do Acordo de Comércio Preferencial (ACP) entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União Aduaneira da África Austral (SACU), integrada pela República da África do Sul, República de Botsuana, Reino do

Lesoto, República da Namíbia e Reino da Suazilândia, assinado pelos sócios do MERCOSUL na Costa do Sauípe, Bahia, em dezembro de 2008 e pelos países africanos em Maseru, capital do Lesoto, em 3 de abril de 2009.

Autoria: Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (RBPM)

Relatoria: Senador Tasso Jereissati

Relatório: Pela aprovação

Textos da pauta:

[Relatório \(CRE\)](#)

[Avulso da matéria](#)

ITEM 3

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 24, de 2015

- Não Terminativo -

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Guiné e dá outras providências.

Autoria: Senador Magno Malta

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do projeto

Observações:

A matéria vai a Comissão Diretora.

Textos da pauta:

[Relatório \(CRE\)](#)

[Avulso da matéria](#)

1ª PARTE - AUDIÊNCIA PÚBLICA

1

2ª PARTE - DELIBERATIVA

1

RELATÓRIO Nº , DE 2015

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 54, de 2015 (Mensagem nº 280, de 24/7/2015, na origem), da Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOSÉ ESTANISLAU DO AMARAL SOUZA NETO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Tunísia.*

RELATOR: Senador **TASSO JEREISSATI**

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, vem à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional a Mensagem nº 54, de 2015, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor José Estanislau do Amaral Souza Neto, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Tunísia.

O Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo do referido diplomata, do qual extraio as informações que passo a relatar.

Filho de José Eugênio do Amaral Souza e Lya Regina Paes de Barros do Amaral Souza, José Estanislau do Amaral Souza Neto nasceu em 18 de agosto de 1956, em São Paulo, SP.

Formou-se em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, em 1980. Em 1983 ingressou no Curso de Preparação para a Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco. Foi nomeado Terceiro-Secretário em 1984, e, subsequentemente, promovido a Segundo-Secretário em 1988, a Primeiro-

Secretário, em 1996; a Conselheiro, em 2006; e a Ministro de Segunda Classe, em 2011. Todas as promoções por merecimento.

Em 2010 defendeu a tese “Usos da História: Política Externa Contemporânea dos Estados Bálticos”, aprovada como conclusão de seu Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco.

Dentre os cargos que assumiu na Secretaria de Estado das Relações Exteriores e na administração federal, cumpre destacar: assessor da Assessoria Internacional da Presidência da República, entre 1987 e 1988; Assessor Especial no Ministério da Fazenda, em 1994; Assessor Especial da Assessoria Internacional da Presidência da República, de 1995 a 1996; Professor Titular de História Diplomática Brasileira no Instituto Rio Branco em 1995; Assessor Internacional da Presidência da República, à disposição de ex-Presidente da República, entre 2004 e 2007; e Professor de Política Externa Brasileira na Fundação Armando Álvares Penteado, em 2005.

No exterior, atuou na Embaixada no México, como Segundo-Secretário, entre 1991 e 1992; na Embaixada em Copenhague, como Conselheiro, de 2007 a 2009; na Delegação junto à Organização Mundial do Comércio e a outras Organizações Econômicas, em Genebra, como Ministro-Conselheiro, de 2009 a 2013; e, na Embaixada em Damasco, como Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios, de 2013 até o presente.

Segundo documento informativo anexado pelo Ministério das Relações Exteriores, a República da Tunísia conta com população de em torno de 10,9 milhões de habitantes, e área de 163,6 mil km² (um pouco maior que a área do Estado do Ceará). Seu Produto Interno Bruto em poder de compra (PIB-PPP) alcança em 2015 o montante de US\$ 132,17 bilhões, o que lhe propicia PIB per capita em poder de compra de US\$ 11.986.

O Brasil foi um dos primeiros países a reconhecer a independência da Tunísia em 1956. No mesmo ano, foi aberto Consulado brasileiro em Túnis e, em 1961, foi instituída Embaixada residente. Desativada temporariamente em 1999, por motivos orçamentários, a missão diplomática brasileira foi reaberta em 2001.

Entretanto, o relacionamento bilateral só intensificou-se a partir dos anos 2000, com aumento do número de visitas de alto nível e com a percepção comum de que os dois países atuam, tradicionalmente, de maneira equilibrada e construtiva na esfera internacional. A Tunísia apoiou a iniciativa

brasileira para combater a fome, superar a pobreza e aumentar o volume de recursos destinados ao financiamento do desenvolvimento, por intermédio da Declaração de Nova York, em setembro de 2004. O Brasil, por outro lado, tem acompanhado atentamente os desdobramentos da Revolução Tunisiana de 2011, e manifestado apoio ao êxito do processo de transição democrática naquele país.

Após a revolução tunisiana de janeiro de 2011, o país busca maior inserção internacional com caráter mais universalista e pragmático. Nesse sentido, tem concedido atenção especial ao Brasil, que considera como potencial fonte de investimentos, além de modelo de transição democrática, de participação política e, sobretudo, de políticas para a inclusão social. Esse contexto de aproximação tem favorecido o estabelecimento de diversas atividades de cooperação política, técnica, empresarial e na área social.

No campo econômico-comercial, as relações Brasil-Tunísia estão ainda aquém de seu potencial. O comércio Brasil-Tunísia, embora apresente volume não desprezível (em 2014, o saldo comercial foi de US\$ 310 milhões), representa pouco mais de 1% do comércio Brasil-África, ao passo que o PIB tunisiano representa cerca de 2% da economia do continente. Há, assim, potencial para o incremento das relações comerciais entre os dois países, dadas as complementaridades entre as economias tunisiana e brasileira.

Não há registro, ademais, de investimentos de empresas brasileiras na Tunísia ou de empresas tunisianas operando no Brasil. Essa realidade justifica-se, em grande medida, pela existência de históricos vínculos econômicos entre a Tunísia e o continente europeu, que representa mais de 70% das trocas internacionais da Tunísia e reúne os principais investidores externos no país.

O Brasil representa cerca de 50% do comércio da Tunísia com a América do Sul e o governo tunisiano tem manifestado crescente interesse em iniciar negociações para concretizar acordo de preferências tarifárias com o Mercosul. Por ocasião da II Reunião do Grupo de Relacionamento Externo do Mercosul, em agosto de 2012, os sócios autorizaram a Presidência Pro *Tempore* brasileira a prestar informações à Tunísia sobre os processos negociadores do bloco com terceiros países ou grupos de países.

Diante da natureza da matéria ora apreciada, eram essas as considerações a serem feitas no âmbito do presente Relatório.

4

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

4

RELATÓRIO DE GESTÃO
EMBAIXADA DO BRASIL NA REPÚBLICA DA TUNÍSIA
EMBAIXADOR JULIO GLINTERNICK BITELLI

Tendo deixado definitivamente o Posto no dia 28 de fevereiro passado para assumir a função de Chefe de Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, deixo registrado meu agradecimento à Senhora Presidenta da República Dilma Rousseff e ao Embaixador Antonio de Aguiar Patriota pela confiança e distinção com que me honraram ao designar-me para chefiar a Embaixada do Brasil em Túnis.

Em 14 de agosto de 2013, quando assumi a chefia do Posto, encontrava-se em curso na Tunísia o processo de transição política que se seguiu ao período revolucionário de 2011. Tumultuado pelos acontecimentos do primeiro semestre daquele ano como o recrudescimento do extremismo religioso muçulmano e os assassinatos de dois líderes da oposição, um deles deputado constituinte, o processo de transição havia chegado a um impasse que foi superado, em boa medida, graças à ação da sociedade civil, representada pelo chamado "quarteto", e ao acordo de cavalheiros entre os dois principais líderes políticos do país: o hoje Presidente Béji Caïd Essebsi e o líder do partido Ennahda (de tendência islamista), Rachid Ghannouchi, que então liderava a tróica de partidos da coalizão governista.

A "entente cordiale" entre as duas principais correntes políticas tunisianas permitiu a retomada dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, que haviam sido suspensos em função dos atos de violência política e das ameaças a alguns de seus membros, e a instauração do chamado "Diálogo Nacional", amplo processo negociador de caráter político conduzido pelo "quarteto", conformado pelas principais instituições da sociedade civil tunisiana: a União Geral dos Trabalhadores Tunisianos (UGTT), a União Tunisiana da Indústria, do Comércio e do Artesanato (UTICA), a Ordem dos Advogados da Tunísia e a Liga Nacional de Direitos Humanos. As tratativas destes quatro atores com os partidos políticos e com o Governo da tróica resultaram na elaboração e endosso por todos de um "mapa do caminho", que previa a substituição do coalizão governamental então liderada pelo Ennahda, por um "governo de técnicos". A nova Constituição foi promulgada em janeiro de 2014.

Já sob a vigência da nova Carta, considerada uma das mais modernas e liberais do mundo árabe-muçulmano, foi empossado o novo gabinete chefiado por Mehdi Jomaa (Ministro da Indústria no Governo anterior) e composto por personalidades consensuais, sem vinculação partidária e com qualificações técnicas reconhecidas em suas respectivas pastas. Incumbido pelo "Diálogo Nacional" e pelos partidos políticos de conduzir a bom termo o processo de transição democrática na Tunísia, o Governo de Mehdi Jomaa se viu desde o início confrontado com a crise econômica e as questões de segurança e combate ao terrorismo. Coube-lhe também conduzir o processo eleitoral previsto na nova Constituição e preparar as eleições legislativas e presidenciais, que se realizaram em outubro (legislativas e primeiro turno da presidencial) e dezembro

(segundo turno) de 2014. Em janeiro de 2015, iniciou-se o Governo do Presidente Beji Caïd Essebsi (mandato de 5 anos), primeiro Chefe de Estado democraticamente eleito da Tunísia, e os trabalhos do novo Parlamento, onde o Governo detém confortável maioria integrada por quatro partidos, entre os quais figuram o Nidaa Tunis (maior bancada) e o Ennahda (segunda maior bancada). Procurei manter ao longo de minha gestão, que coincidiu em grande medida com o Governo Jomaa, contatos frequentes com os diferentes ministros e as principais lideranças políticas do país, entre as quais o futuro Presidente da República e o Presidente do Ennahda.

RELAÇÕES BILATERAIS E COOPERAÇÃO POLÍTICA E INSTITUCIONAL

No plano político, busquei facilitar e estimular os canais de consulta e interlocução nos níveis governamental e diplomático. Detectei em vários de meus interlocutores tunisianos, políticos e diplomatas, renovado interesse pelo Brasil e pela abertura de novas frentes de cooperação em todos os níveis. Como tive oportunidade de mencionar em minhas mensagens à Secretaria de Estado, observa-se na classe política e em vários segmentos da sociedade tunisiana hoje uma "demanda por mais Brasil". Nesse sentido, vale ressaltar o relacionamento cordial, a estima pessoal recíproca e a coincidência de pontos de vista acerca de inúmeras questões internacionais e bilaterais entre o então Presidente Moncef Marzouki e a Presidenta Dilma Roussef. Em 2014, ressalto a realização, em Túnis, no mês de abril, da reunião do Comitê de Seguimento bilateral, presidida pelo Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Embaixador Faïçal Gouia, e, do lado brasileiro, pelo então Subsecretário-Geral Político III, responsável pelas relações exteriores para a África e o Oriente Médio, Embaixador Paulo Cordeiro. Passou-se em revista na ocasião a agenda bilateral entre os dois países e foram identificadas as áreas de interesse da Tunísia para iniciar novos projetos de cooperação e/ou ampliar aqueles já em curso.

Procurei concentrar meus esforços na continuidade da cooperação com as diversas instâncias tunisianas que, em seguida à Revolução de 2011, haviam-se voltado para o Governo brasileiro em busca de apoio e inspiração. Prosseguiu, assim, o intercâmbio de técnicos, experiências e informações em áreas como governança da Internet, implementação de mecanismos de transparência na administração pública e nas contas públicas (há interesse na experiência brasileira do Portal da Transparência), combate à corrupção nas esferas públicas e privadas, e votação eletrônica. Do lado brasileiro, missão da Controladoria Geral da União (CGU) esteve em Túnis em junho de 2014 para discutir com seus homólogos tunisianos as modalidades e mecanismos da cooperação desejada.

Um dos temas da atualidade política tunisiana é a discussão dos rumos e objetivos da Justiça Transicional, prevista na Constituição e criada para identificar crimes e violações de direitos humanos cometidos a partir da Independência em 1956,

assim como sugerir ao Poder Judiciário medidas para de reparação e formas de indenização às famílias das vítimas. A Presidente da Instância Verdade e Dignidade (IVD), órgão tunisiano assemelhado à Comissão da Verdade no Brasil, manifestou interesse em conhecer a experiência brasileira no assunto e chegou a mencionar em seu discurso de posse, em outubro de 2014, o então recém-publicado relatório da Comissão da Verdade brasileira e os resultados do processo da Justiça transicional no Brasil.

As autoridades tunisianas e associações da sociedade civil local demonstram crescente interesse pelas políticas sociais implementadas no Brasil, especialmente os programas públicos de geração de emprego e renda, as modalidades de microcrédito e os programas de merenda escolar. Estes temas chegaram a ser tratados no mais alto nível por ocasião da visita a Túnis do então Secretário-Geral da Presidência, Ministro Gilberto Carvalho, em março de 2013, durante audiência com o então Presidente da República, Moncef Marzouki. Desde que assumi a chefia do Posto, pude verificar em várias oportunidades e em conversas com autoridades tunisianas, a começar pelo próprio Ministro dos Assuntos Sociais, a disposição de conhecer a experiência brasileira nessa área e tentar aproveitá-la no que for aplicável à realidade social da Tunísia.

Cabe mencionar o apoio logístico e diplomático concedido à Embaixada pelas autoridades tunisianas por ocasião da evacuação da Embaixada do Brasil em Trípoli em fins de julho de 2014, em virtude do agravamento da crise política na Líbia e da consequente deterioração da situação de segurança em Trípoli. Foram, assim, instalados temporariamente na Embaixada em Túnis o Embaixador Afonso Carbonar, Chefe daquela missão, o funcionário administrativo brasileiro lotado em Trípoli e treze fuzileiros navais brasileiros, integrantes do destacamento de segurança do Embaixador. Foram providenciados vistos de permanência na Tunísia para todo o pessoal da Embaixada brasileira em Trípoli e as respectivas autorizações para os veículos daquela representação diplomática poderem circular em território tunisiano.

ASSUNTOS MULTILATERAIS

No plano multilateral, tive a satisfação de verificar que a colaboração com o Governo tunisiano e a coincidência de posições sobre diversos temas da agenda internacional permanecem. A Tunísia apoiou várias candidaturas brasileiras em organismos internacionais como as do Professor José Graziano da Silva à Direção-Geral da FAO, do Embaixador Roberto Azevêdo à Direção-Geral da OMC, do Senhor Renato Zerbini ao Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU, além do pleito de reeleição do Brasil no Conselho da OACI. Além disso, após gestão conjunta que coordenei junto à Presidência da República tunisiana com os Chefes de missão da Alemanha, da Índia e do Japão, foi possível lograr manifestação pública de apoio do Presidente Moncef Marzouki, em discurso à Assembleia Geral em Nova York, à

inclusão dos países do G-4 como membros permanentes em um Conselho de Segurança das Nações Unidas reformado.

PROMOÇÃO COMERCIAL E INVESTIMENTOS

Como não poderia deixar de ser, o fluxo comercial bilateral foi profundamente afetado pelas incertezas que se seguiram à revolução de 2011. De acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior do MDIC, a corrente de comércio entre Brasil e Tunísia em 2014 atingiu a cifra de US\$310,1 milhões, registrando queda de 28% em relação a 2013 e 37% na comparação com 2012, ano em que o intercâmbio alcançou seu maior montante (US\$488,9 milhões) desde o início da série histórica de estatísticas no ano 2000. O saldo superavitário do Brasil, no entanto, cresceu 6%, somando US\$164,9 milhões.

As exportações brasileiras em 2014, da ordem de US\$237,5 milhões, apresentaram, em seu conjunto, decréscimo de 18,2%. A pauta é dominada por bens primários - 9 entre os 10 itens principais, equivalentes 86,8% do total-, tendo o açúcar recuperado a primeira posição, com participação de 30,86% no total das exportações e alta de 28% em relação ao ano anterior. Vale notar, ademais, entre os bens cuja participação no total das exportações foi superior a 1%, o desempenho da soja, virtualmente ausente na pauta em 2013 e segundo principal produto em 2014 (92,6 mil toneladas), do milho, que cedeu o primeiro posto ao açúcar após retração de 45,5%, e do fumo, oitavo item da lista, com crescimento de 45%.

No tocante às importações, houve recuo de 46,6% com respeito a 2013. A posição dos 3 principais bens adquiridos pelo Brasil neste país se manteve inalterada, em contraste com a queda nos valores e nas quantidades: superfosfato, -30,7%; fluoretos de alumínio, -4,8%; e fitas de fibras sintéticas, -27%. O quarto e o quinto itens da pauta, partes para aparelhos receptores de rádio/TV e tâmaras secas, tiveram, a seu turno, resultados positivos, com crescimento de 2.250% e 72,8% respectivamente. Ressalte-se ainda a redução de 32,9% nas compras de azeite de oliva, produto de excelência e um dos carros-chefe na pauta de exportações da Tunísia.

A Embaixada prestou apoio à preparação e realização de missões comerciais de conclusão de negócios, como a que trouxe os fornecedores brasileiros da grande usina de refino de açúcar inaugurada, em junho de 2014, na cidade de Bizerte, e outras de caráter prospectivo, em setores tão diversos como o aeronáutico e o farmacêutico. Com mão de obra altamente qualificada, boa infraestrutura e instituições sólidas, a Tunísia oferece um mercado atraente aos investidores e empresas brasileiras.

Foram realizadas duas visitas da Embraer, com vistas a um maior conhecimento do setor aeronáutico tunisiano e contatos preliminares com o governo para averiguar eventual interesse na aquisição de aeronaves supertucano, seja por simples importação,

seja por parceria na cadeia de produção das aeronaves, o que poderia beneficiar empresas de ambas as partes e elevar o perfil das trocas comerciais pela inclusão de produtos de alto valor agregado. Os contatos mantidos pela Embraer nessas missões revelaram potencial para expandir a pauta de negócios além das aeronaves.

No setor farmacêutico, o Instituto Butantã, em novembro de 2014, buscou reaproximação com as entidades do governo tunisiano responsáveis pela compra, controle e pesquisa relacionada a soros e vacinas, com as quais fizera negócios antes da Revolução de 2011. Também neste caso o avanço dos contatos e retomada das compras de medicamentos brasileiros e outras formas de cooperação em pesquisa e treinamento podem contribuir para agregar valor à pauta do comércio bilateral.

O posto apoiou missão da Câmara de Comércio Árabe Brasileira (CCAB) dedicada a reforçar os contatos com suas congêneres tunisianas a fim de estimular contatos entre empresários dos dois países e aumentar o grau de conhecimento e confiança de parte a parte de modo a fomentar as relações comerciais entre Brasil e Tunísia, que, todos concordam, ainda permanece aquém de seu potencial. A missão da CCAB realçou a importância de feiras e salões no incremento dos negócios e, nesse particular, foi bem sucedida, haja vista que os entendimentos mantidos em Túnis resultaram na participação, em maio de 2015, de delegação empresarial tunisiana na APAS, maior feira da indústria alimentar na América Latina, ocorrida na cidade de São Paulo. A visita facilitou a coordenação com a parte tunisiana do Conselho Empresarial Brasil-Tunísia, que voltou a reunir-se depois de longo período, à margem da APAS.

O crescimento do comércio bilateral requer ainda, especialmente no que tange às exportações de bens industriais, a liberalização do regime tarifário. Para tanto, foram efetuadas gestões junto ao Governo tunisiano em favor da assinatura de um Acordo Quadro de Cooperação Econômica entre a Tunísia e o Mercosul, que estabelece os marcos para a negociação de um Tratado de Livre Comércio. O Acordo Quadro foi assinado em dezembro de 2014, e as partes já iniciaram contatos com o fito de lançar negociações comerciais proximamente.

COOPERAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA

Durante minha gestão, duas iniciativas de cooperação avançaram. No setor agrícola, a ABC, a EMBRAPA e o Ministério da Agricultura tunisiano prepararam o projeto "Desenvolvimento e Valorização do Eucalipto na Tunísia", cuja implementação, com início previsto para o próximo mês de outubro, visa a proporcionar a este país a expertise necessária ao cultivo do eucalipto em escala compatível com a demanda de produção de madeira e em condições mais favoráveis à prática da apicultura. No setor de saúde, vale mencionar a colaboração entre o hospital Sírio-Libanês e o hospital Mongi Slim, centro de referência em Túnis no tratamento de doenças do aparelho

digestivo, para a capacitação de médicos tunisianos especializados em transplantes de fígado.

ASSUNTOS CULTURAIS

Em marco de grandes restrições orçamentárias, o Posto promoveu em setembro de 2013 a realização de mostra de pintores populares brasileiros no Centro Cultural Tahar Haddad, prestigioso espaço localizado na cidade antiga de Túnis. Em 2014, com o patrocínio de empresa tunisina de grande distribuição, foi possível trazer para o Festival "Jazz à Carthage", em abril, o conjunto de música brasileira "Orquestra do Fubá". Em maio do mesmo ano, a Embaixada promoveu, em conjunto com a Embaixada de Portugal em Túnis, um concerto comemorativo do Dia Mundial da Lusofonia (que reúne os sete países de língua oficial portuguesa) e para o qual foi convidado um conjunto musical integrado por músicos da Guiné Bissau, do Cabo Verde, do Brasil e de Angola.

Em junho, por ocasião da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, e tendo em mente que o futebol é, com folga, o esporte mais popular na Tunísia, a Embaixada, a convite de um grande hotel em Túnis, colaborou na realização de uma "Noite de Abertura da Copa do Mundo do Brasil", a que compareceram o Ministro da Indústria, o Ministro da Juventude e do Esporte, a Ministra do Turismo e o Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, além de empresários, artistas, personalidades e corpo diplomático estrangeiro. Em dezembro de 2014, a Embaixada promoveu, em parceria com a Embaixada da Argentina, uma semana do cinema brasileiro e argentino, onde foram projetados curtas e longas metragens de sucesso de ambos países. Nota-se na Tunísia hoje renovado interesse por aspectos da cultura e da arte brasileiras como a música, a capoeira e as artes plásticas e cênicas. Deixo a sugestão a meu sucessor de que há potencial a explorar em matéria de intercâmbio cultural e difusão da cultura brasileira neste país.

ASSUNTOS CONSULARES

Providenciei, a partir do final de 2013, a reorganização do Setor Consular da Embaixada, reforçando-o em pessoal e destinando-lhe instalações mais amplas em função do aumento do número de brasileiros e estrangeiros que têm procurado os serviços consulares. Tal demanda por serviços consulares em Túnis deveu-se sobretudo ao número recorde de turistas brasileiros que visitaram a Tunísia em 2013 e 2014 (cerca de dois mil por ano) e ao fato de que a Embaixada em Túnis passou a processar e conceder vistos de toda natureza aos cidadãos da Líbia que desejam viajar ao Brasil.

Estima-se em cerca de um milhão e meio o número de líbios vivendo na Tunísia hoje e, a partir de agosto de 2014, a Embaixada em Túnis substituiu a Embaixada em Trípoli, temporariamente desativada, no recebimento de pedidos de visto e documentos para nacionais líbios. Houve também expressivo aumento do número de casamentos entre brasileiras e tunisinos ou argelinos, fato que tem gerado mais demandas por serviços notariais e assistência consular.

Deixo registro da excepcional qualidade do apoio que recebi, no ano e meio em que tive o privilégio de servir como Embaixador em Túnis, do Ministro Ronald Cardoso, dos Secretários Alexandre de Lima e Geraldo Barbosa e dos demais funcionários do quadro com quem coincidi no posto. Junto ao dedicado, leal e competente grupo de contratados locais que completam a lotação da Embaixada, esses colegas dignificam de maneira exemplar o serviço exterior e a atuação diplomática do Brasil.



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 54, de 2015

(Nº 280/2015, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor JOSÉ ESTANISLAU DO AMARAL SOUZA NETO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Tunísia.

Os méritos do Senhor José Estanislau do Amaral Souza Neto que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 24 de julho de 2015.

DILMA ROUSSEFF

Presidente da República Federativa do Brasil

EM nº 00329/2015 MRE

Brasília, 3 de Julho de 2015

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **JOSÉ ESTANISLAU DO AMARAL SOUZA NETO**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Tunísia.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **JOSÉ ESTANISLAU DO AMARAL SOUZA NETO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE JOSÉ ESTANISLAU DO AMARAL SOUZA NETO**

CPF.: 934.412.748-49

ID.: 8650 MRE

1956 Filho de José Eugênio do Amaral Souza e Lya Regina Paes de Barros do Amaral Souza, nasce em 18 de agosto, em São Paulo/SP

Dados Acadêmicos:

1980 Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas/SP

1983 CPCD - IRBr

2010 CAE - IRBr. Usos da História: Política Externa Contemporânea dos Estados Bálticos

Cargos:

1984 Terceiro-Secretário

1988 Segundo-Secretário

1996 Primeiro-Secretário, por merecimento

2006 Conselheiro, por merecimento

2011 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

Funções:

1985-87 Divisão das Nações Unidas, assessor

1987-88 Presidência da República, Assessoria Internacional, assessor

1988-91 Delegação Permanente em Genebra, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário

1991-92 Embaixada no México, Segundo-Secretário

1994 Ministério da Fazenda, Assessor Especial

1994-95 Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior, assessor

1995-96 Presidência da República, Assessoria Internacional, Assessor Especial

1995 Instituto Rio Branco, Professor Titular de História Diplomática Brasileira

1997-98 Embaixada em Buenos Aires, Primeiro-Secretário

2004-07 Presidência da República, à disposição de ex-Presidente da República como Assessor Internacional

2005 Fundação Armando Alvares Penteado, São Paulo, Professor de Política Externa Brasileira

2007-09 Embaixada em Copenhague, Conselheiro

2009-13 Delegação junto à Organização Mundial do Comércio e a outras Organizações Econômicas, em Genebra, Conselheiro e Ministro-Conselheiro

2013- Embaixada em Damasco, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios a.i.

ROBERTO ABDALLA

Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento de África
Divisão de África III

TUNÍSIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Junho de 2015

DADOS BÁSICOS SOBRE A TUNÍSIA

| | |
|--------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| NOME OFICIAL: | República da Tunísia |
| CAPITAL: | Túnis |
| ÁREA: | 163.610 km² |
| POPULAÇÃO: | 10,9 milhões de habitantes |
| IDIOMA OFICIAL: | Árabe (oficial) |
| PRINCIPAIS RELIGIÕES: | Islã 99% (sunita) |
| SISTEMA DE GOVERNO: | República semiparlamentarista |
| PODER LEGISLATIVO: | Parlamento unicameral. Assembleia dos Representantes do Povo (" <i>Majlis Nawwāb ash-Sha'b</i> ") composta por 217 deputados eleitos diretamente para mandatos de cinco anos. |
| CHEFE DE ESTADO | Presidente Béji Caïd Essebsi (desde 31 de dezembro de 2014) |
| CHEFE DE GOVERNO | Habib Essid (desde 6 de fevereiro de 2015) |
| CHANCELER | Taïeb Baccouche (desde 5 de fevereiro de 2015) |
| PIB NOMINAL (2015): | US\$ 50,02 bilhões |
| PIB (PARIDADE DE PODER DE COMPRA - PPP) (2015): | US\$ 132, 17 bilhões |
| PIB PER CAPITA (2015): | US\$ 4.502 (Brasil: US\$ 11.172) |
| PIB PPP PER CAPITA (2015): | US\$ 11,896 (Brasil: US\$ 14.987) |
| VARIAÇÃO DO PIB: | 2,8% (2014 est.); 2,2% (2013 est.); 3,7% (2012); -1,9% (2011); 2,6% (2010); 3,1% (2009); 4,5% (2008); |
| ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH): | 0.721 (90ª posição) |
| EXPECTATIVA DE VIDA: | 75,9 anos (PNUD, 2013) |
| ALFABETIZAÇÃO: | 98,06% (UNESCO, 2015 est.) |
| ÍNDICE DE DESEMPREGO: | 17,6 % (PNUD, 2013) |
| UNIDADE MONETÁRIA: | Dinar tunisiano |
| EMBAIXADOR EM BRASÍLIA: | Sabri Bachtobji (desde 19 de abril de 2013) |
| EMBAIXADOR EM TÚNIS: | A ser designado. O Ministro-Conselheiro Ronald Cardoso Mendes Junior atua como encarregado de negócios a. i. |
| COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA: | 65 pessoas |

Informação elaborada em 25 de junho de 2015, pelos Secretários José Joaquim Gomes da Costa Filho, Artur Andrade da Silva Machado e Daniel Torres de Melo Ribeiro. Revisada pelo Conselheiro Paulo Rocha Cypriano.

| INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL - TUNÍSIA (US\$ milhões F.O.B) – Fonte: MDIC | | | | | | | | | |
|---------------------------------------------------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Brasil → Tunísia | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
| Intercâmbio | 232,07 | 290,27 | 437,58 | 243,26 | 342,18 | 480,88 | 488,88 | 426,68 | 310,15 |
| Exportações | 150,26 | 169,23 | 221,18 | 137,97 | 217,84 | 376,47 | 351,41 | 290,60 | 237,55 |
| Importações | 81,81 | 121,04 | 216,41 | 105,29 | 124,34 | 104,4 | 137,47 | 136,08 | 72,59 |
| Saldo | 68,45 | 48,19 | 4,77 | 32,68 | 93,5 | 272,06 | 213,94 | 154,52 | 164,95 |

PERFIS BIOGRÁFICOS

BeJi caġd essebsi

Presidente da República

Nascido em Sidi Bou Said, na região metropolitana de Túnis, em 1926, Essebsi iniciou sua militância política em 1941 ao se juntar, aos quinze anos, à juventude do partido político Neo-Destour, o qual liderou o processo de independência tunisiano. Graduou-se em direito, em 1950, em Paris.

Após a independência da Tunísia, em 1956, Essebsi ocupou diversos cargos de destaque na administração do então Presidente Habib Bourguiba (1957-1987). Foi Ministro do Interior de 1965 a 1969 e Ministro da Defesa de 1969 a 1970. Divergências políticas com o Presidente tunisiano acabaram por afastá-lo da vida pública durante a década de 1970. Em abril de 1981, volta a atuar no governo de Bourguiba como Ministro das Relações Exteriores (1981-1986). Em 1987, é nomeado embaixador na Alemanha e, entre 1990 e 1991, ocupou a presidência da Câmara dos Deputados.

Em fevereiro de 2011, no contexto das revoltas populares que levaram à queda do Presidente Ben-Ali e de seu gabinete, Essebsi foi nomeado Primeiro-Ministro Interino, cargo que ocupou até dezembro daquele ano.

Em 2012, fundou o partido secular Nidaa Tounes, que se tornou a principal força política do período pós-transição. Candidatou-se à Presidência da República, em novembro de 2014. Após a vitória nas urnas, assumiu a Presidência do país em 31 de dezembro de 2014.

Habib essid

Primeiro-Ministro



Nascido na cidade de Sousse, em 1/6/1949, o atual Primeiro-Ministro da Tunísia possui formação acadêmica em economia, pela Universidade de Túnis, e mestrado em economia agrícola, pela Universidade de Minnesota.

Essid iniciou sua carreira pública no Ministério da Agricultura. Entre 1993 e 1997, foi Chefe de Gabinete do Ministro da Agricultura. Ocupou a mesma posição no Ministério do Interior entre 1997 e 2001. Foi, em seguida, designado Secretário de Estado para a Pesca (2001-2002) e, mais tarde, Secretário de Estado para o Meio Ambiente (2002-2003).

Após a Revolução tunisiana, foi nomeado Ministro do Interior em março de 2011. Foi escolhido por Hamadi Jebali para ser seu conselheiro em assuntos de segurança após as eleições de 23 de outubro de 2011. Em 5 de janeiro de 2015, foi nomeado pelo partido Nidaa Tunes como Primeiro-Ministro.

Taïeb Baccouche

Ministro dos Negócios Estrangeiros



Nascido na cidade de Jemmal, em 1944, Taïeb Baccouche possui formação acadêmica na área de linguística árabe e em literatura francesa e arqueologia s. Em 1968, obteve licenciatura para o ensino de árabe na França. A partir de 1969, tornou-se professor na Universidade de Túnis. Em 1980, concluiu seu doutorado em linguística pela Sorbonne.

Em sua atuação política é considerado um dos ideólogos da esquerda tunisiana. Entre 1981 e 1982, atuou como Secretário-Geral da central sindical da Tunísia, a União Geral do Trabalho (UGTT). Entre 1981 e 1985, foi diretor do jornal Echaâb (“O Povo”), veículo associado à UGTT. A partir de 1998, até recentemente, presidiu o Instituto Árabe para os Direitos Humanos.

Após a Revolução tunisiana de 2011, foi designado Ministro da Educação e Porta-Voz do Governo, cargo que manteve até dezembro de 2011. Em junho de 2012, tornou-se o Secretário-Geral do Nidaa Tunes. Com vitória expressiva nas eleições gerais tunisianas de dezembro de 2014, tanto no Parlamento quanto na disputa presidencial, o Nidaa Tunes. Nesse contexto, Baccouche assumiu, em fevereiro de 2015, o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil esteve entre os primeiros países a reconhecer a independência da Tunísia, em 1956. No mesmo ano, foi aberto Consulado brasileiro em Túnis, e, em 1961, foi instituída Embaixada residente. Desativada temporariamente em 1999, por motivos orçamentários, a missão diplomática brasileira foi reaberta em 2001.

O relacionamento bilateral intensificou-se a partir dos anos 2000, favorecido pela percepção comum de que os dois países atuam, tradicionalmente, de maneira equilibrada e construtiva na esfera internacional. Constatou-se, desde então, maior concertação de posições em temas variados da agenda global, bem como aumento do número de visitas de alto nível, tanto de autoridades do Poder Executivo quanto de parlamentares.

Destacam-se, nesse contexto, as visitas do então Chanceler Celso Amorim a Túnis, em três ocasiões (2005, 2008 e 2009), e de seu homólogo tunisiano ao Brasil, em 2002, bem como missão à Tunísia do então Ministro do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC), Miguel Jorge, acompanhado de numerosa delegação de empresários, em 2009, no contexto de périplo pelo Norte da África.

Relações com a Tunísia pós-revolucionária

Após a Revolução tunisiana de janeiro de 2011, ganhou ímpeto movimento de revisão da política externa tunisiana, tradicionalmente voltada para as relações com a Europa. Esse movimento, articulado durante o processo de transição democrática (2011-2014), conferiu à política externa tunisiana um caráter mais universalista e pragmático, no qual, sem descuidar das parcerias tradicionais, o país passou a privilegiar uma aproximação com países em desenvolvimento, com ênfase no Mundo Árabe, na África Subsaariana, bem como em forças emergentes. Nessa nova estratégia de inserção internacional, a Tunísia tem concedido atenção especial ao Brasil, que considera como potencial fonte de investimentos, além de modelo de transição democrática, de participação política e, sobretudo, de políticas para a inclusão social.

Por sua vez, o Brasil manifestou, consistentemente, seu apoio à nação tunisiana ao longo da transição política no país, processo que foi internacionalmente considerado como democrático, transparente e participativo. Já em março de 2011, o Brasil contribuiu com US\$ 224 mil ao

ACNUR, com destinação à Tunísia, em razão do influxo de refugiados do conflito na Líbia. Desde o período pós-revolucionário, ademais, o Brasil tem enviado à Tunísia missões políticas, com alto nível de representação, além de missões técnicas, voltadas a prospectar novas áreas de cooperação, bem como oportunidades no campo econômico e comercial.

Em maio de 2011, o Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, Subsecretário-Geral Político para África e Oriente Médio do Itamaraty, realizou visita a Túnis. O gesto do Brasil, que foi um dos primeiros países a realizar visita de alto nível à Tunísia pós-revolucionária, foi interpretado como sinal do apoio brasileiro à renovação de ideais e valores proporcionada pela Primavera Árabe e reforçou as perspectivas de ampliação do relacionamento.

Com vistas a dar seguimento às novas demandas tunisianas, organizou-se missão de prospecção a Túnis, capitaneada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), em fevereiro de 2012. A missão, que buscou identificar projetos nas áreas de agricultura, extensão rural, meio ambiente e pequenas e médias empresas, contou com a participação de técnicos da Embrapa, da Emater-DF, da Universidade Federal de Viçosa e do Banco do Brasil.

Importante marco no processo de dinamização das relações com a Tunísia pós-revolucionária foi a visita do então Chanceler Antonio Patriota a Túnis, em abril de 2012. Na ocasião, o Ministro brasileiro foi recebido pelo então Presidente Moncef Marzouki, pelo Primeiro-Ministro Hamadi Jebali, bem como por seu homólogo, Rafik Abdessalem. Em todas as reuniões, foi claramente manifestado o desejo das autoridades tunisianas de promover o adensamento das relações bilaterais, tanto no plano político e econômico quanto no plano da cooperação técnica, sobretudo nas áreas agrícola e social.

Em setembro de 2012, em atendimento às demandas tunisianas por maior conhecimento da experiência brasileira na área do combate à fome e à pobreza, realizou-se em Túnis o Simpósio Internacional "Políticas Públicas para a Inclusão Social", organizado conjuntamente pelo Governo brasileiro, pela FAO e pelo Governo tunisiano. Ao final do simpósio, que despertou vivo interesse no lado tunisiano, foi ressaltado o desejo de assegurar a participação brasileira em esquemas de cooperação em futuros projetos tunisianos de inclusão social.

Em outubro de 2012, às margens da III Cúpula América do Sul – Países Árabes, ocorrida em Lima, o Presidente Marzouki e a Senhora Presidente da República, Dilma Rousseff, mantiveram encontro bilateral, no

qual o mandatário tunisiano reforçou o interesse de seu país em contar com a experiência brasileira na formulação das políticas públicas tunisianas de inclusão social e combate à pobreza.

Em abril de 2013, o então Secretário-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, visitou Túnis para participar do Fórum Social Mundial. O Ministro brasileiro proferiu palestra sobre a transição democrática brasileira e as políticas de inclusão social do Governo brasileiro e manteve encontros com o Presidente da República, Moncef Marzouki, com o Presidente da Assembleia Constituinte, Ben Jaafar, e com três Ministros tunisianos.

Comitê de Seguimento Brasil-Tunísia

A variedade temática e a amplitude das demandas tunisianas de colaboração apresentadas ao longo dos encontros com autoridades brasileiras no período pós-revolucionário corroboram a percepção de que o Brasil passou a ser visto como interlocutor político privilegiado, capaz de fazer, a partir de suas próprias experiências bem sucedidas, aporte significativo ao desenvolvimento socioeconômico tunisiano.

Nesse contexto, teve lugar, em abril de 2014, em Túnis, o Comitê de Seguimento Brasil-Tunísia, iniciativa voltada ao relançamento da cooperação bilateral. Os trabalhos foram copresididos pelo Subsecretário-Geral Político III do Itamaraty e pelo Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros tunisiano e contaram com a participação de altos representantes da Agência Brasileira de promoção de Exportações e Investimentos (APEX) e da Organização da Alimentação e da Agricultura (FAO), além de diversos Ministérios temáticos tunisianos.

A reunião constituiu oportunidade para que Brasil e Tunísia identificassem projetos e iniciativas de cooperação em áreas como desenvolvimento social, governança participativa, agricultura, saúde e meio ambiente, entre outras. No campo econômico, as discussões ressaltaram o desejo comum dos dois países de diversificar a pauta comercial, seja no setor de bens, seja no de serviços, bem como de estimular investimentos de parte à outra. Por outro lado, a reunião, realizada dois meses após a promulgação da nova Constituição tunisiana, constituiu, igualmente, oportunidade para que o Brasil reiterasse o apoio às transformações democráticas que se consolidavam na Tunísia.

Cooperação técnica para o beneficiamento de eucalipto

Como resultado da reunião do Comitê de Seguimento, foi acordado o início de projeto de cooperação técnica para a capacitação tunisiana na área de cultivo do eucalipto, em fevereiro de 2015. O projeto, executado pela ABC em parceria com a Embrapa, consiste em transferência de tecnologia e "know-how" para o melhoramento genético do eucalipto e capacitação na área de tecnologia da madeira. Entre abril e maio de 2015, foi enviada a primeira missão técnica da Embrapa e da ABC a Túnis, no âmbito da iniciativa. Trata-se do primeiro projeto de cooperação técnica que o Brasil desenvolve com a Tunísia. A iniciativa deverá contribuir para o êxito de programas de reflorestamento que estão sendo desenvolvidos pelo Governo tunisiano.

Cooperação na área social

Manifestado reiteradas vezes ao longo dos encontros bilaterais mantidos no contexto pós-revolucionário, o interesse tunisiano na experiência brasileira com políticas sociais advém do objetivo tunisiano de equacionar as desigualdades sociais e regionais, que, há quatro anos, constituíram uma das principais causas da Revolução de janeiro de 2011. Esse interesse já se traduziu em ações concretas, a exemplo da organização de seminário de políticas sociais em Túnis, em setembro de 2012, e da participação de delegações tunisianas em seminários e eventos sobre a mesma temática organizados pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e pelo Banco Mundial no Brasil.

Contando com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a Tunísia tem mantido contatos com a ABC, com vistas a estabelecer um intercâmbio regular de pesquisadores entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e instituição congênere tunisiana para a discussão de políticas sociais. Em particular, o lado tunisiano gostaria de conhecer a experiência brasileira no que se refere à coordenação intersetorial de políticas públicas, à gestão local, à definição de público alvo, bem como a sistemas de monitoramento e avaliação. Em setembro de 2014, representante do IPEA participou, em Túnis, do seminário "Em Direção a um Sistema de Proteção Social Inclusivo e Integrado", organizado pelo Ministério dos Assuntos Sociais tunisiano. Entre junho e julho de 2015, ocorreu missão de prospecção da ABC, em parceria com o IPEA e o MDS, voltada a elaborar projeto de uma cooperação trilateral entre os parceiros (Governo brasileiro, Governo tunisiano e a Unicef) que viabilize, ademais, a participação do IPEA no processo de

elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social tunisiano.

O lado tunisiano também tem demonstrado interesse em melhor conhecer as políticas brasileiras relacionadas ao programa nacional de alimentação escolar. O país magrebino, que conta com apoio do Unicef e financiamento russo para modernizar seu próprio programa de alimentação escolar, avalia que o Brasil possui experiência exemplar nessa política pública. Nesse contexto, missão interministerial tunisiana realizou, em abril de 2014, visita ao Brasil, organizada pela ABC, em parceria com o Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos (PMA). O lado tunisiano manifestou o interesse em poder contar com a consultoria do Centro de Excelência em Brasília tanto para desenvolver capacidades específicas quanto para renovar o desenho do seu programa nacional de alimentação escolar.

Ainda no domínio social, há também perspectivas de cooperação em áreas como juventude, cidadania e governança participativa.

Cooperação na área de transparência e governança

Ao longo de seu período de transição democrática, a Tunísia voltou-se para o exemplo da democracia brasileira, com vistas a conhecer as experiências do Brasil no domínio do incentivo à participação social, à transparência e ao combate à corrupção e a organização eleitoral. Os dois países têm mantido entendimentos nesse domínio desde que, em abril de 2013, o então Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União (CGU) e o então Ministro da Governança e da Luta contra a Corrupção da Tunísia mantiveram encontro à margem de reunião da Rede Árabe para a Integridade e a Luta contra a Corrupção, em Beirute. Em junho de 2013, a CGU enviou missão técnica a Túnis para apresentar iniciativas brasileiras na área de transparência. Na ocasião, o lado tunisiano manifestou o desejo de dar seguimento a essa cooperação por meio do envio de missão a Brasília, encarregada de melhor conhecer as iniciativas do “**Portal da Transparência**” e do “**Orçamento Participativo**”. Por ocasião do Comitê de Seguimento Brasil-Tunísia, em abril de 2014, o lado brasileiro estendeu convites para a Tunísia enviasse missões ao Brasil para melhor conhecer as experiências brasileiras nesse domínio de cooperação.

Outros domínios de cooperação

Ademais das iniciativas de cooperação já elencadas, Brasil e Tunísia têm prospectado iniciativas em diversos outros domínios, como saúde, geologia, gestão ambiental e capacitação de pequenas e médias empresas, o que evidencia o grande potencial da parceria entre os dois países.

Vale destacar a cooperação no domínio da **saúde**, que, voltada à capacitação de médicos tunisianos para o transplante de fígados entre pacientes vivos, tem sido desenvolvida diretamente pelo Hospital Sírio-Libanês e o Hospital da Marsa, na Tunísia. Trata-se de uma cooperação com caráter estruturante na área de saúde, que se distingue por visar à autonomia das instituições beneficiadas. Técnicos do Hospital brasileiro, que avaliam que a Tunísia poderá converter-se em referência regional nesse tipo de tratamento médico em médio prazo, já realizaram visitas e seminários de treinamento em Túnis. A próxima etapa consiste na organização de missão de médicos tunisianos ao Brasil para participar de treinamento no Brasil.

Relações econômico-comerciais

No campo econômico-comercial, as relações Brasil-Tunísia estão ainda aquém de seu potencial. O comércio Brasil-Tunísia, embora apresente volume não desprezível (em 2014, o saldo comercial foi de US\$310 milhões), representa pouco mais de 1% do comércio Brasil-África, ao passo que o PIB tunisiano representa cerca de 2% da economia do continente. Não há registro, ademais, de investimentos de empresas brasileiras na Tunísia ou de empresas tunisianas operando no Brasil.

Essa realidade justifica-se, em grande medida, pela existência de históricos vínculos econômicos entre a Tunísia e o continente europeu, que representa mais de 70% das trocas internacionais da Tunísia e reúne os principais investidores externos no país. No período pós-revolucionário tunisiano, que coincidiu com o contexto da crise econômica europeia, a Tunísia passou a manifestar o interesse de diversificar seus parceiros econômicos externos, sinalizando para um desejo de aproximação com as grandes nações emergentes, notadamente o Brasil. Nessa conjuntura, Brasil e Tunísia passaram a incentivar a troca de missões empresariais e de suas agências de fomento a negócios. Também estão sendo negociados acordos de facilitação de investimentos entre os dois países e de negociações comerciais entre a Tunísia e o Mercosul. Uma apresentação mais pormenorizada das iniciativas, desafios e oportunidades nesse campo será apresentada na seção de “Economia, comércio e investimentos”.

Assuntos consulares

De acordo com estimativas da Embaixada em Túnis, há 65 brasileiros vivendo na Tunísia. O setor consular da Embaixada presta o apoio necessário à comunidade brasileira no país.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de créditos oficiais brasileiros para tomador, público ou privado, da Tunísia.

POLÍTICA INTERNA

Histórico

Ao longo de quase três mil anos de história, a Tunísia recebeu influência de diversos povos, em especial berberes, cartagineses, romanos, árabes e otomanos. Em contexto de dificuldades econômicas locais e no auge do imperialismo europeu, a Tunísia tornou-se protetorado francês, em 1881. Sob administração francesa, consolidou-se um sistema de educação bilíngue, que possibilitou às elites tunisianas o acesso a universidades francesas, onde se formaram as primeiras lideranças que contestaram o domínio francês.

A resistência tunisiana ganhou intensidade durante a primeira metade do século XX. Em 1920, foi fundado o partido "Destur", de orientação nacionalista. Em 1934, cisão interna na agremiação política levou à criação do partido "Neo-Destur", que além da defesa da independência tunisiana, sustentava a preservação do caráter laico do Estado. O novo partido, sob a liderança de Habib Burguiba, graduado em Direito em Paris, ganhou, paulatinamente, proeminência na contestação ao domínio francês.

Após o final da Segunda Guerra Mundial, a contestação à presença francesa ganhou renovado impulso. O assassinato do líder sindical Farhat Hached, em dezembro de 1952, provocou intensa onda de protestos e greves no país, a qual duraria até 1954, quando a França concedeu autonomia interna à Tunísia e iniciou negociações com o "Neo-Destur" para a concessão da independência, formalmente obtida em março de 1956. Três anos mais tarde, em 1959, Burguiba elegeu-se como o primeiro Presidente do país, após a supressão de revolta liderada pelo Secretário-Geral do Neo-Destur, Saleh Ben Youssef (1955-56), e a proclamação da República, em 1957.

O **período Bourguiba** foi marcado, por um lado, pelos esforços de modernização e secularização do país, capitaneados pelo Estado tunisiano e, por outro lado, pelas crescentes restrições a liberdades civis e políticas. Cinco meses após a formalização da independência, em agosto de 1956, adotou-se o Código de Estatuto Pessoal, legislação até então inédita no Mundo Árabe. A nova legislação garantiu importantes direitos às mulheres, tais como o divórcio, idade mínima e consentimento mútuo para o matrimônio, acesso à herança e à guarda dos filhos, entre outros. Esses avanços, contudo, foram acompanhados por retrocessos no âmbito político. Na década de 1960, a Tunísia tornou-se um regime de partido único, tendo o "Neo-Destour" sido renomeado "Partido Socialista Destouriano" (PSD), em 1964, e, em 1975, Bourguiba tornou-se Presidente vitalício do país.

No início da década de 1980, em decorrência do segundo choque do petróleo (1979), e da queda de sua produção agrícola, a Tunísia mergulhou em grave crise econômica, a qual foi acompanhada por protestos em favor de maiores liberdades e contra a carestia, em especial no preço dos alimentos. Em resposta, o Governo tunisiano empreendeu movimento de tímida abertura, permitindo a realização de eleições legislativas multipartidárias em 1981. Embora o pleito tenha resultado em vitória massiva do PSD, ganhou proeminência, nesse contexto, o "Movimento da Tendência Islâmica" (MTI), grupo de orientação islamista fundado naquele ano sob a liderança de Rached Ghannouchi. O MTI, acusado, ao longo dos anos 1980, de estar por trás dos seguidos protestos contra a carestia no país, as chamadas "revoltas do pão", e chocando-se frontalmente com o projeto laico de Bourguiba, foi duramente reprimido pelo Governo tunisiano.

O recrudescimento da repressão política aos islamistas e a grave crise econômica acabaram por tornar a situação política de Bourguiba insustentável. Em 1987, sob a alegação de que o mandatário tunisiano estaria senil, o então Primeiro-Ministro Zine El-Abidine Ben Ali destituiu Bourguiba e assumiu a Presidência.

O **Governo Ben Ali** foi marcado, inicialmente, pela adoção de medidas de abertura política. O mandato vitalício do Presidente da República foi abolido e nova lei de partidos políticos foi aprovada, permitindo a legalização de diversos agrupamentos. O MTI, que passou a chamar-se Ennahda (Renascença), em 1989, seguiu proscrito e sua liderança, embora inicialmente libertada por Ben Ali, voltou a ser perseguida, tendo partido para o exílio, em especial na Europa.

As medidas de abertura anunciadas não resultaram em maior participação no Governo do país. O PSD, renomeado Aliança Constitucional Democrática (RCD, na sigla em francês), seguiu amplamente predominante na vida política e administrativa do país. Ben Ali, por sua vez, foi sucessivamente reeleito Presidente (1994, 1999, 2004 e 2009) em pleitos contestados por entidades independentes. No plano econômico, intensificaram-se reformas liberalizantes, voltadas à atração de investimentos externos, baseadas em amplo programa de privatizações que favoreceram setores vinculados ao Governo. Embora a renda per capita tunisiana tenha triplicado durante o período, ampliaram-se as desigualdades sociais e regionais no país. Desprovido da legitimidade de que Bourguiba, enquanto líder da independência nacional e propulsor da modernização tunisiana gozara, Ben Ali ancorou sua sustentação no chamado "milagre tunisiano" e na ampliação dos gastos com políticas de assistência social, em particular com subsídios a gêneros de primeira necessidade.

A Revolução tunisiana de 2011

Ao final da década de 2000, as tensões econômicas e políticas inerentes ao modelo tunisiano agravaram-se. Embora a economia do país mantivesse boas taxas de crescimento, os setores produtivos não foram capazes de absorver crescente contingente de mão de obra, em especial os mais jovens e recém-formados. A taxa de desemprego chegou a 13% da população ativa, em 2010, sendo superior a 20% entre jovens com diploma universitário e em cidades do interior do país. O regime político, por sua vez, revelava-se incapaz de responder às crescentes demandas por renovação e por maiores liberdades civis e políticas.

Em 17 de dezembro de 2010, a autoimolação de um jovem vendedor ambulante, Moahammed Bouazizi, no interior do país (Sidi Bouzidi), em protesto contra a arbitrariedade policial de que fora vítima, desencadeou grande onda de manifestações populares no país. A persistência e a ampliação das manifestações acabaram tornando insustentável a permanência de Ben Ali no poder. Em 14/1/2011, o Presidente tunisiano fugiu do país, após 23 anos no poder, exilando-se na Arábia Saudita. Os protestos tunisianos e a queda de Ben Ali marcaram o início da chamada "**Primavera Árabe**", onda de revoltas e insurreições populares que varreu grande parte dos países árabes naquele ano.

Após a fuga de Ben Ali, em conformidade com a Constituição tunisiana, o Presidente do Parlamento, Foued Mebazaa, assumiu como

Presidente interino do país. A liderança política tunisiana, juntamente com alguns setores moderados da oposição, iniciaram movimento em direção à realização de transição política branda. Nesse contexto, o Primeiro-Ministro Mohammed Ghannouchi, no cargo desde 1999, buscou formar Governo de unidade nacional e convocar novas eleições gerais em 60 dias, o que se mostrou inviável diante da persistência dos protestos populares, que passaram a contar com a participação de islamistas. Os manifestantes exigiam a renúncia do Governo provisório, identificado com o RCD, e a convocação de uma Assembleia Constituinte.

Em fevereiro de 2011, em decorrência dos protestos populares, Ghannouchi demitiu-se. Para seu lugar, Mebazaa indicou Beji Caid Essebsi, político que ocupou cargos de elevado perfil durante os Governos Bourguiba e Ben Ali. Durante seu período à frente da chefia de Governo, foi permitida a legalização de mais de uma centena de partidos políticos, dentre os quais o Ennahda, e organizaram-se eleições para a Assembleia Nacional Constituinte (ANC). Ao prevalecer a opção pela realização de eleições constituintes como primeira etapa de seu processo transitório, a Tunísia diferenciou-se de outros países da região que passaram pela "Primavera Árabe", os quais optaram pela organização de eleições legislativas e presidenciais antes da definição de marco constitucional.

A ANC e a formação do Governo transitório

Em outubro de 2011, realizaram-se as primeiras eleições livres na história da Tunísia republicana. O pleito, que definiu os 217 membros da ANC, resultou em expressiva vitória do Ennahda (89 assentos). Em segundo lugar, ficou o nacionalista de esquerda "Congresso para a República" (CPR) (29 assentos), seguido do socialista "Ettakatol" (20 assentos). Analistas atribuem a vitória eleitoral do Ennahda à adoção de um discurso moderado, no qual se prometia assegurar os direitos humanos fundamentais e o Estado de Direito, fato que teria esvaziado as críticas de seus opositores, bem como à elevada fragmentação dos partidos e candidatos laicos (o pleito contou com mais de 115 partidos políticos registrados). Após cerca de cinquenta anos de regimes autoritários laicos, a vitória do Ennahda, duramente reprimido pelos governos anteriores, foi também vista por parte relevante do eleitorado tunisiano como garantia de real ruptura com o passado.

Em novembro daquele ano, o Ennahda anunciou a formação de uma coalizão governista com o CPR e com o Ettakol, que juntos respondiam por

cerca de dois terços dos representantes eleitos. O acordo que consolidou a chamada "troica" permitiu a formação de Governo transitório, responsável por conduzir o país durante a elaboração da nova Constituição e a subsequente realização de eleições gerais. Nesse contexto, coube a Mustapha Ben Jaafar ("Ettakatol") a Presidência da ANC, a Moncef Marzouki (CPR) a Presidência da República e a Hamadi Jebali ("Ennahdha"), o cargo de Primeiro-Ministro. O Ennahda passou também a ocupar, entre outras, as principais pastas políticas (Interior, Justiça, Negócios Estrangeiros, e Defesa). Em dezembro de 2011, a ANC adotou Constituição provisória para guiar a vida política do país no período transitório.

Polarização entre islamistas e secularistas

Ao iniciar o segundo ano da revolução tunisiana, tornou-se evidente a crescente polarização entre islamistas e secularistas, que dominou os debates da ANC e resultou em graves episódios de intimidação e violência que passaram a pontuar o cotidiano da vida política e social tunisiana.

Após a derrota nas eleições para a ANC, as forças secularistas buscaram reagrupar-se em novos partidos. Em abril de 2012, sob a liderança do ex-Primeiro-Ministro Beji Essebsi, foi lançado o partido "Nidaa Tunis" ("Apelo à Tunísia"), que buscou reunir as principais lideranças secularistas e centristas do país, muitas das quais oriundas do antigo RCD, em oposição ao que Essebsi definiu como a "ameaça extremista". Desde sua criação, o Nidaa Tunis passou a constituir a maior força de oposição no país durante o período transitório.

Por outro lado, distúrbios capitaneados por forças salafistas atacavam manifestações intelectuais e culturais "ofensivas à moral islâmica" em todo o país. A violência salafista ganhou intensidade ao longo de 2012, com destaque para os ataques à Embaixada e à escola norte-americana em Túnis, em setembro daquele ano.

Paralelamente, tornaram-se comuns episódios de intimidação a políticos opositores e a lideranças sindicais pelas chamadas "Ligas de Proteção da Revolução" (LPR), grupos paraestatais com grande presença de militantes do Ennahda.

A disputa entre secularistas e islamistas traduziu-se, no âmbito da ANC, em intenso debate sobre o caráter laico ou religioso do Estado tunisiano, sobre os direitos das mulheres, bem como sobre a forma de Governo a ser adotada no país. Os impasses nos debates da ANC levaram a seguidas

postergações da conclusão do texto da Carta tunisiana, prevista inicialmente para ser finalizada em outubro de 2012.

A violência política no país atingiu seu ponto mais grave com o assassinato de dois líderes oposicionistas particularmente vocais em suas críticas contra o Governo liderado pelo Ennahda: Chokri Belaïd, em fevereiro de 2013, e Mohamed Brahmi, em julho do mesmo ano. Os episódios acarretaram graves crises institucionais, com a oposição secular acusando o Ennahda de conivência com a violência política. Após o assassinato de Belaïd, o Primeiro-Ministro Hamadi Jebali apresentou pedido de renúncia, sendo substituído por Ali Larayedh, então Ministro do Interior e também vinculado ao Ennahda. A morte de Brahmi, por sua vez, ensejou grandes manifestações em Túnis contra o Ennahda, bem como o boicote de 72 parlamentares da oposição secular aos trabalhos da ANC, que foram interrompidos por falta de quórum. A oposição passou a exigir a imediata substituição do Governo transitório liderado pelo Ennahda, argumentando que, até outubro de 2013, já se teria esgotado o prazo de dois anos que havia sido acordado para que fosse alcançado consenso sobre a Constituição, bem como convocadas novas eleições.

Diálogo nacional

Apesar do impasse político instaurado, não se observou ruptura do diálogo entre islamistas e a oposição secular. Os líderes do Ennahda, Rached Ghannouchi, e do Nidaa Tunis, Beji Essebsi, passaram a manter, a partir de agosto, frequentes encontros, com vistas a negociar saída política para a crise. Em outubro de 2013, foi instaurado o chamado “Diálogo Nacional” entre a troica e a oposição, patrocinado por quatro entidades da sociedade civil tunisiana (o chamado “quarteto”): União Geral dos Trabalhadores da Tunísia (UGTT), União Tunisiana da Indústria, do Comércio e do Artesanato (Utica), Ordem Nacional dos Advogados da Tunísia (ONAT) e Liga Tunisiana dos Direitos do Homem (LTDH). Entre outros pontos, o mapa do caminho proposto pelo quarteto para as negociações previa: (i) a nomeação de Governo de perfil técnico; (ii) a finalização dos trabalhos constituintes e (iii) a adoção de novo código eleitoral e a definição do calendário de eleições gerais.

Ponto de partida para o início do diálogo foi o compromisso do Ennahda de abrir mão de seus cargos no Governo em favor da formação de Governo de “competências”, o que permitiu o início das negociações em torno

da composição do futuro **Governo tecnocrático**. A oposição laica, por sua vez, reconheceu a legitimidade dos trabalhos da ANC como poder constituinte e legislativo até a realização das eleições gerais do país.

Em dezembro de 2013, como resultado do diálogo nacional, foi anunciada a escolha do então Ministro da Indústria, Mehdi Jomaa, como novo Primeiro-Ministro. O acordo quanto ao novo Chefe de Governo, sem vínculos partidários, permitiu a retomada dos trabalhos da ANC, que aprovou o texto da nova Carta tunisiana em janeiro de 2014.

A **nova Constituição tunisiana** consagrou a liberdade de crença e a igualdade legal entre os gêneros e declarou, em seu preâmbulo, que a Tunísia constitui-se como uma República civil, baseada no Estado de Direito. O sistema de Governo adotado foi o semiparlamentarismo, com Presidente eleito pelo voto direto e Primeiro-Ministro indicado pela coalização majoritária. O Legislativo, unicameral, ficou a cargo da Assembleia dos Representantes do Povo, que conta com 217 parlamentares eleitos para mandatos de 5 anos. A adoção da nova Constituição da Tunísia, país pioneiro da "Primavera Árabe" foi considerada evento histórico não somente para o povo tunisiano, mas também, para todo o Mundo Árabe.

A realização de eleições gerais e a conclusão do período transitório

Na sequência da finalização da Constituição e como previamente acordado no Diálogo Nacional patrocinado pela sociedade civil, o Ennahda abriu mão da chefia de Governo e Jomaa foi empossado como Primeiro-Ministro em janeiro de 2014, juntamente com novo gabinete, de caráter técnico e apartidário. O novo Governo foi incumbido de liderar a Tunísia até a realização de eleições legislativas e presidenciais.

A ANC promulgou, em maio de 2014, nova lei eleitoral, que passou a exigir que os partidos apresentem lista de candidatos que contemple, em igual número, homens e mulheres. Após intensos debates, foi retirado do texto da lei proibição a candidatos que tivessem sido afiliados ao RCD, antigo partido de Ben Ali. A organização do pleito ficou a cargo da Instância Superior Independente para as Eleições (ISIE), órgão não vinculado ao Governo tunisiano, o que garantiu maior transparência e credibilidade à organização das eleições. No mês seguinte, definiu-se calendário eleitoral, com a realização do

pleito legislativo, em outubro de 2014, e presidencial, em novembro e dezembro do mesmo ano.

Em paralelo à organização das eleições, o Governo Jomaa empenhou-se no retorno da Tunísia à normalidade institucional. Em maio de 2014, as Ligas de Proteção da Revolução foram dissolvidas pelo judiciário tunisiano e seus bens confiscados. No mesmo período, foi lançado diálogo nacional sobre a economia, com vistas a definir medidas a serem adotadas para a revitalização da economia tunisiana, profundamente afetada por três anos de instabilidade.

Em 26 de outubro de 2014, realizaram-se eleições legislativas, com expressiva vitória do Nidaa Tunis, que obteve 85 dos 217 assentos em disputa. O Ennahda, por sua vez, obteve 69 assentos. Os demais partidos que compunham a troica, CPR e Ettakatol elegeram 4 e nenhum deputado, respectivamente. Analistas apontam, entre os fatores que contribuíram para a vitória eleitoral do Nidaa Tunis, o descontentamento de parte do eleitorado com os Governos da troica; a proeminência do Nidaa Tunis no Diálogo Nacional; e o nível maior de abstenção em regiões do interior e do sul, que votaram majoritariamente Ennahda nas eleições de 2011.

O primeiro turno das eleições presidenciais, por sua vez, ocorreu em novembro de 2014, com o histórico registro de 27 candidatos, entre os quais Beji Essebsi, o então Presidente Moncef Marzouki e o Presidente da ANC, Mustapha Ben Jafaar. O Ennahda, por sua vez, não lançou candidato à Presidência e anunciou sua neutralidade durante o pleito. Avalia-se que a postura de neutralidade do Ennahda buscou assegurar a participação do partido em novo Governo, independentemente do candidato vencedor. Não obstante, grande parte da base eleitoral do Ennahda apoiou o então Presidente Moncef Marzouki, dada sua participação no governo da “troica” e sua histórica defesa dos direitos políticos e civis dos islamistas.

Os dois candidatos mais votados no pleito, Essebsi (39,4%) e o então Presidente Mocef Marzouki (33,4%), passaram ao segundo turno. Em dezembro de 2014, Essebsi foi eleito Presidente, com 55% dos votos válidos.

Eleito Presidente e tendo o Nidaa Tunis obtido maioria legislativa, Essebsi indicou Habib Essid, político sem mandato e com bom trânsito entre islamistas e secularistas, como novo Primeiro-Ministro tunisiano, em janeiro de 2015. Em fevereiro, o gabinete formado por Essid obteve voto de confiança da nova Assembleia dos Representantes do Povo. Destaca-se, na formação do novo Governo tunisiano, a presença de um Ministro e três Secretários de

Estado vinculados ao Ennahda. A participação do partido islamista é vista como gesto em favor da união nacional, com vistas a melhor enfrentar os desafios que ainda se impõem à Tunísia, sobretudo no campo securitário e econômico. Nidaa Tunis e Ennahda, juntos, possuem 70% das cadeiras no novo Parlamento.

Desafios atuais

No campo político, o forte antagonismo que opôs o Nidaa Tunes e o Ennahda nas eleições gerais revela que permanecem latentes as principais linhas de fratura da sociedade tunisiana. À polarização ideológica entre os projetos secular e islamista, somaram-se as disparidades inter-regionais do país: a zona costeira, cosmopolita e próspera, votou majoritariamente pró-Nidaa Tunes; ao passo que o interior sulista, conservador e com padrões socioeconômicos inferiores, se mostrou preponderantemente favorável ao Ennahda.

Esse cenário indica que a estabilidade política e a coesão social na Tunísia dependem fortemente de que nenhuma força política busque promover um projeto hegemônico e excludente de poder. Da mesma forma que, com vistas a assegurar a governabilidade durante o período de transição, o Ennahda se viu obrigado a matizar seu discurso ideológico e acomodar forças seculares para formar uma coalizão governista, o atual Governo liderado pelo Nidaa Tunes enfrenta o desafio de promover a inclusão socioeconômica das populações do interior e, assim, mitigar as disparidades sociais e inter-regionais que estiveram na origem da Revolução de 2011. A atual associação entre Nidaa Tunes e Ennahda, embora possa sofrer dificuldades inerentes a suas contradições, contribui, em princípio, para que uma maior proporção da população tunisiana se veja representada no jogo político nacional.

Outros desafios à estabilidade tunisiana podem ser observados no campo da segurança, no qual a deterioração da situação na vizinha Líbia, com o avanço de grupos extremistas e intensificação do contrabando de armas, vem constituindo importante ameaça. Nota-se maior presença do radicalismo religioso em regiões desfavorecidas economicamente, sobretudo no interior e, em especial, na região de fronteira. Ao longo de 2013 e 2014, registraram-se diversos ataques contra militares tunisianos em regiões fronteiriças com a Líbia e com a Argélia, os quais vitimaram dezenas de militares tunisianos. Em 18 de março de 2015 a violência extremista atingiu a capital tunisiana. Ataque terrorista ao Museu do Bardo, em Túnis, resultou na morte de 22 pessoas,

sendo 20 turistas estrangeiros e dois tunisianos. Os supostos autores do ataque, mortos em confrontos com as forças de segurança tunisianas, teriam recebido treinamento militar na Líbia.

Três meses depois, em 26 de junho de 2015, novo ataque terrorista, na cidade de costeira de Sousse, contra turistas estrangeiros, vitimou 38 pessoas, tornando-se o pior atentado na história da Tunísia. O ataque teria sido perpetrado por jovem universitário tunisiano, morto em conflito com as forças de segurança do país.

Os ataques têm prejudicado significativamente o setor de turismo, responsável por importante parcela da economia tunisiana (cerca de 15% do PIB), em contexto no qual o Governo busca retomar o crescimento econômico e atender às demandas ainda pendentes da Revolução de 2011 por maior justiça social e emprego, especialmente entre a população jovem.

Política externa

A política externa tunisiana, por razões históricas e geográficas, tem sido caracterizada por alinhamento às potências ocidentais, posições moderadas em relação aos principais temas do Magrebe e do Oriente Médio, e apego ao multilateralismo. Em razão dos laços econômico-comerciais (mais de 70% de seu intercâmbio comercial), da ajuda ao desenvolvimento direcionada ao país, bem como da expressiva presença de migrantes tunisianos naquele continente (aproximadamente 85% da diáspora tunisiana), os parceiros europeus, sobretudo França, Itália e Alemanha, constituem as parcerias mais tradicionais da Tunísia em termos econômicos e políticos. A parceria com os Estados Unidos da América (EUA), fundada em considerações estratégico-militares e no apoio à estabilidade tunisiana, também se reveste de importância histórica para o país magrebino.

Após a Revolução tunisiana de janeiro de 2011, ganhou ímpeto movimento de revisão da política externa tunisiana, que passou a buscar uma maior diversificação de suas parcerias e redução de suas dependências externas. Esse movimento, articulado durante o processo de transição democrática (2011-2015), conferiu à política externa tunisiana um caráter mais universalista e pragmático, no qual, sem descuidar das parcerias tradicionais, a Chancelaria tunisiana também passou a privilegiar uma aproximação com países em desenvolvimento, com ênfase no Mundo Árabe, na África

Subsaariana, bem como em forças emergentes, notadamente Brasil, China, Índia, Rússia e Turquia.

Com a conclusão do período de transição, em janeiro de 2015, o novo Governo tunisiano tem igualmente buscado, nas palavras do atual Presidente Beji Caïd Essebsi, “*recuperar a imagem e o prestígio internacionais da Tunísia promovendo uma nova inserção do país no contexto internacional à luz de sua condição de jovem nação árabe e democrática*”. A reconstrução desta imagem de país estável, democrático e dinâmico é essencial para recobrar a confiança dos Estados e investidores estrangeiros no sistema político e na economia tunisianos.

A fim de reforçar a atuação da diplomacia nas áreas prioritárias da segurança e da economia, o atual Governo da Tunísia decidiu criar, na estrutura da Chancelaria tunisiana, um “Comitê Nacional de Luta contra o Terrorismo”, com mandato para aperfeiçoar a coordenação com os demais órgãos internos e concentrar as iniciativas de cooperação internacional da Tunísia no setor securitário, bem como expandir e fortalecer sua rede de adidâncias comerciais no exterior.

No contexto do combate à proliferação de ideologias extremistas e de atividades terroristas no Magrebe, o novo Governo tunisiano tem redobrado esforços para assegurar o apoio dos países europeus, dos Estados Unidos da América (EUA) e de seu entorno geográfico. Esse movimento é ilustrado pelo fato de que as três primeiras visitas bilaterais do Presidente Beji Caïd Essebsi tenham sido à Argélia, à França e aos EUA.

No âmbito multilateral, cabe recordar que a Tunísia cumpriu três mandatos como membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (1959–1960, 1980–1981, 2000–2001), número significativo para um país magrebino de pequenas dimensões geográficas. O país é atualmente candidato a uma vaga no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas para o triênio 2017-2019.

União Europeia

A Tunísia foi o primeiro país mediterrâneo com o qual a União Europeia estabeleceu uma Área de Livre Comércio, em vigor desde 2008, quando foi completada a eliminação de tarifas prevista no Acordo de Associação, de 1995. Em 2015, foram iniciadas negociações para ampliar o

escopo do acordo de livre comércio, de modo a incluir serviços, compras governamentais, competição, direitos de propriedade intelectual e proteção aos investimentos, o que deverá conduzir a uma gradual integração da economia tunisiana ao Mercado Comum Europeu. O reforço da aproximação econômica com a União Europeia é considerado pelo Governo tunisiano como vantajoso, pois deverá resultar em uma integração ainda maior a importantes cadeias globais de valor.

No domínio político, a Tunísia é reconhecida como "parceira privilegiada" da União Europeia e espera contar com apoio europeu adicional no combate ao terrorismo e no controle do fluxo de migrantes africanos pelo Mediterrâneo em direção à Europa. Na perspectiva da atual política externa tunisiana, o modo mais eficaz de obter resultados concretos nestas áreas seria a erradicação de suas causas mais profundas: a pobreza, o desemprego e os desequilíbrios regionais.

Estados Unidos

A tradicional aliança da Tunísia com os EUA, forjada durante a Guerra Fria e revitalizada após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, fundamenta-se na visão norte-americana da Tunísia como ator moderado e liberal, bem como nos interesses econômicos tunisianos. A parceria com os Estados Unidos da América foi reforçada durante visita do Presidente Beji Caïd Essebsi a Washington em maio passado, quando novas iniciativas de cooperação nos setores de defesa, educacional, turístico, financeiro e comercial foram anunciadas. Na mesma ocasião, os Estados Unidos da América conferiram, ademais, à Tunísia o estatuto de “aliado preferencial não membro da OTAN”, o que deverá abrir caminho para uma maior cooperação militar entre os dois países. A presença norte-americana na economia tunisiana, contudo, é bem mais reduzida do que a dos países europeus.

Vista pelos países ocidentais como exemplo de transição democrática no contexto da chamada “Primavera Árabe”, a Tunísia tem recebido expressivo fluxo de visitas de alto nível, bem como renovadas promessas de ajuda financeira e cooperação. Desde a adoção da mais recente Constituição, em janeiro de 2014, já visitaram o país os Presidentes da Alemanha, da Itália, da Palestina e da Sérvia, o Rei do Marrocos e os Ministros das Relações Exteriores dos Estados Unidos da América, da França e de Malta, entre outros. O Governo norte-americano, em maio de 2015, reiterou sua intenção de conceder à Tunísia garantia de crédito de 500 milhões de dólares para que o

país magrebino possa captar recursos no mercado internacional em condições mais favoráveis. O Governo italiano anunciou, por sua vez, aporte de 86 milhões de euros para a execução de projetos de cooperação e auxílio direto ao orçamento público da Tunísia. Por outro lado, o recrudescimento do radicalismo religioso é fonte de extrema preocupação para os parceiros tradicionais do país. A Tunísia é citada como um dos principais países de origem de jihadistas estrangeiros recrutados voluntariamente para lutar na Síria e no “Estado Islâmico” (estima-se que cerca de três mil jovens tunisianos se associaram a grupos extremistas na região). Nesse quadro, o temor de que a Tunísia possa ser alvo de radicalização ou desestabilização em função da deterioração das condições socioeconômicas no país e da crise na vizinha Líbia contribuem para um engajamento internacional ainda maior com as autoridades tunisianas.

Entorno regional

Em seu entorno geográfico, o país busca dar novo alento a iniciativas de integração regional. A consolidação da **União do Magrebe Árabe (UMA)**, criada em 1989 e integrada por Argélia, Líbia, Mauritânia, Marrocos e Tunísia, tem sido ativamente defendida por esta última. O ideal de integração econômica e política da UMA, contudo, sofreu, desde o início, dificuldades relacionadas às divergências entre Marrocos e Argélia a respeito da soberania do Saara Ocidental. Ciente das dificuldades de integração decorrentes, a Tunísia vem propondo avanços concentrados em temas econômicos. Estudos do Banco Mundial indicam ser possível criar mais de 40 mil empregos e alcançar incremento de 2% a 3% no PIB regional caso venha a concretizar-se a livre circulação de bens entre as fronteiras dos cinco países da UMA.

A cooperação política, militar e econômica com a **Argélia** tem sido reforçada nos últimos anos. As relações bilaterais foram recentemente descritas pelo Presidente Beji Caïd Essebsi como “privilegiadas e excepcionais”, sendo consideradas essenciais para o combate ao jihadismo e para a estabilidade da região. A Argélia apoiou a transição política tunisiana e tem desempenhado papel crucial na manutenção da estabilidade e da segurança no território tunisiano. Ao amparo de acordo militar assinado em maio de 2014, a Argélia destacou forças militares para o rastreamento de grupos terroristas no país vizinho. Teriam sido instalados 80 postos de controle e 20 zonas militares, com 60.000 militares, ao longo dos 956 quilômetros da fronteira comum, em condições de atuar em território tunisiano. Importa, ainda, mencionar que a

economia da Tunísia tem-se beneficiado da ajuda financeira e do afluxo de turistas argelinos.

O **Marrocos** é também um relevante parceiro da Tunísia na região. Ambos os países adotaram modelos econômicos similares e, ao contrário dos demais países magrebins, optaram por relações próximas com as potências ocidentais desde os primórdios de suas independências. A convergência entre os dois países é reforçada, ainda, pela posição neutra adotada pela Tunísia em relação à questão do Saara Ocidental.

A crise na vizinha **Líbia** é tema premente da agenda política e de segurança do Magrebe e tem tido impacto direto sobre a estabilidade e economia da Tunísia. Estima-se que entre 1 e 2 milhões de líbios, número que equivale a aproximadamente 10% da população tunisiana, buscaram refúgio na Tunísia desde 2011, o que se tem traduzido em elevados custos ao Governo e à sociedade tunisianos. Além disso, o conflito líbio resultou em drástica diminuição das remessas da diáspora tunisiana no país vizinho, onde até recentemente residiam cerca de 300 mil cidadãos tunisianos, e do comércio bilateral formal.

Preocupam Túnis, ainda, o aumento do tráfico de armas e a fluida circulação de jihadistas oriundos da Líbia em território tunisiano, dadas a extensão e a porosidade da fronteira comum (459 km). As regiões sul e oeste da Tunísia, crescentemente utilizadas como ponto de trânsito para grupos armados, contrabandistas e traficantes de armas e de drogas com conexões no Magrebe, Sahel e Levante, são hoje também importantes áreas de recrutamento de combatentes voluntários por parte de grupos extremistas. Outra preocupação do Governo tunisiano tem sido garantir a segurança de seus nacionais em território líbio. Tornaram-se frequentes sequestros de funcionários governamentais e cidadãos comuns tunisianos por milícias líbias.

Temendo um agravamento da situação e suas repercussões negativas em seu território, a Tunísia tem buscado ampliar seus apoios externos e contribuir ativamente no encaminhamento de solução negociada para a crise líbia, tendo reiterado sua oposição a quaisquer intervenções militares externas no país vizinho. Túnis, seguindo a posição da Liga Árabe, reconhece o Governo e o Parlamento líbios sediados em Tobruk como os únicos legítimos e defende a formação, na Líbia, de um governo de união nacional apoiado pela sociedade civil e pelos chefes tribais e capaz de implementar as propostas das Nações Unidas para uma solução pacífica do conflito.

A Tunísia, cuja vocação árabe-magrebina é inequívoca, também acompanha atentamente a situação em todo o **Mundo Árabe**. Apesar do engajamento com os países ocidentais, o país manteve historicamente importante atuação, ainda que discreta, no seio da comunidade dos países árabes, tendo hospedado, na década de 1980, as sedes da Organização para a Libertação Palestina (OLP) e da Liga dos Estados Árabes (LEA).

Em relação às situações na Síria e no Iêmen, a Tunísia tem-se alinhado às posições e decisões da LEA. A Tunísia não reconhece o regime de Bachar al-Assad como autoridade legítima na Síria. No que concerne ao conflito israelo-palestino, o país reconhece o Estado da Palestina e, recordando a necessidade de zelar pelos direitos do povo palestino, tem defendido uma solução pacífica para a disputa, baseada na fórmula dos dois Estados. Deve-se destacar, ainda, a relevância atribuída às relações com os países do Golfo Pérsico, importantes parceiros econômicos.

Forças emergentes

Para além do aprofundamento das relações com seus parceiros tradicionais, o país tem buscado também ampliar seu leque de parcerias, com interesse especial pelos países emergentes, nomeadamente Brasil, China, Índia e Turquia, e pela África subsaariana. Objetivo declarado do Governo de transição, a diversificação das relações internacionais da Tunísia continua a ser perseguida pelas atuais autoridades, como forma de forjar laços financeiros e comerciais com economias em rápida expansão (em contraposição ao baixo crescimento da Europa). Além da diminuição de dependências externas, o movimento de aproximação a parceiros extrarregionais no mundo em desenvolvimento busca igualmente conquistar maior legitimidade para sua política externa, identificada no período pós-revolucionário como demasiadamente concentrada em parceiros do Norte.

A fim de dar impulso às relações com parceiros não tradicionais, a Chancelaria tunisiana anunciou, no início deste ano, planos para elevar o nível de algumas de suas representações diplomáticas na Ásia, na África subsaariana e em países escandinavos.

O país assinou, em 2004, com a **Turquia** acordo para o estabelecimento de uma zona de livre comércio. O principal parceiro comercial da Tunísia na Ásia, no entanto, é a **China**, com quem mantém relações políticas cordiais e projetos bilaterais de cooperação nas áreas de defesa, turismo, energia, transporte e telecomunicações. A participação de empresas

chinesas em grandes projetos de infraestrutura tende a crescer. A **Índia**, por sua vez, ainda tem presença econômica tímida na economia tunisiana e esboça aproximação política com o país magrebino.

África subsaariana

No que diz respeito à política externa para a África subsaariana, os principais interesses tunisianos tendem a ser tanto econômicos quanto políticos. O Presidente Beji Caïd Essebsi, em seu discurso na cerimônia de abertura da XXIV Sessão Ordinária da Assembleia da União Africana, em janeiro de 2015, declarou que a Tunísia está determinada a restaurar “o prestígio e o brilho” de suas históricas relações com os países africanos subsaarianos e afirmou que, hoje mais do que nunca, a luta contra o terrorismo deve unir a África, a exemplo da unidade continental forjada em torno da batalha contra o colonialismo. A diplomacia tunisiana tem defendido, ademais, o fortalecimento dos mecanismos continentais de resolução de conflitos, a fim de garantir soluções africanas para problemas africanos.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Economia

A economia tunisiana encontra-se em processo de recuperação lenta após os fracos resultados no início desta década, em função da instabilidade interna e da crise financeira internacional.

Segundo dados do Banco Mundial, o PIB da Tunísia era, em 2014, de aproximadamente US\$ 49 bilhões, e o PIB PPP per capita, US\$ 11 mil. Desde 2011, a economia tem crescido a taxas modestas (2-3%) e essa tendência deve ser mantida também em 2015, especialmente em razão do fraco desempenho das economias europeias, principal destino das exportações tunisianas, e de movimentos grevistas e manifestações sociais que têm afetado negativamente setores-chave da economia.

Desde a década de 1970, a Tunísia adotou modelo econômico orientado para a industrialização e as exportações. A transformação estrutural da economia tunisiana foi viabilizada por ambiciosa política de investimentos públicos em infraestrutura e capital humano e pela atração de investimento externo direto com importantes incentivos fiscais a indústrias exportadoras.

O setor de serviços é, hoje, o principal da economia tunisiana, respondendo por 62,3% do PIB, enquanto a indústria e a agricultura representam 29% e 8,7%, respectivamente. Produtos mecânicos, eletroeletrônicos, têxteis e de couro são os principais manufaturados produzidos no país. Entre os produtos agropecuários, destacam-se azeitonas, tomates, frutas cítricas, tâmaras, carne e laticínios.

O turismo, responsável por mais de 15% do PIB e aproximadamente 14% da oferta de empregos no país, ainda sofre os efeitos da instabilidade vivida durante e após a Revolução de janeiro de 2011. Os atentados terroristas no Museu do Bardo e na cidade de Sousse, em março e junho deste ano, respectivamente, deverão adiar ainda mais a recuperação do setor. No primeiro quadrimestre de 2015, em comparação com o primeiro quadrimestre de 2014, houve recuo de 21,9% no número de pernites, 25,7% nas entradas de turistas e 26,3% nas receitas auferidas. Tomando 2010 como referência, a queda no afluxo de visitantes chega a 32,7%.

Outro setor que tem apresentado desempenho abaixo do esperado é a indústria de exploração do fosfato, principal recurso mineral do país e matéria-prima para fertilizantes, plásticos e tintas. Foram produzidas 11 milhões de toneladas de fosfato no período entre 2011 e 2014, ao passo que, apenas em

2010, esse número foi de 8,2 milhões de toneladas, o que rebaixou a Tunísia da quinta à nona posição na lista dos principais produtores mundiais, com perda de mercados frente a países como Marrocos, Jordânia e Arábia Saudita. Os prejuízos são potencializados pelo cenário de alta nos preços internacionais do fosfato e de seus derivados.

A drástica queda na produção de fosfato é resultado, em grande medida, de numerosos protestos e greves dos trabalhadores e também da população residente nas principais áreas de exploração do mineral, descontos com os baixos salários, a poluição resultante do processo produtivo e o aumento do desemprego. A taxa de desemprego do país é, hoje, alta, 15,3%; menor, contudo, do que em 2011, quando alcançou 16,7%, mas ainda superior à registrada no período pré-revolução (em torno de 13%). As manifestações, as paralizações de funcionários e os bloqueios de vias de escoamento da produção resultaram em sérios prejuízos para o setor minerador.

Onda de movimentos grevistas atinge também setores como saúde e educação e reflete demandas históricas por maiores benefícios sociais e redução das desigualdades econômicas regionais.

Diferentemente de seus vizinhos da costa mediterrânea, a Tunísia não é um grande produtor de petróleo. Entre 1970 e 1986, a Tunísia viveu seu apogeu na produção de petróleo, chegando a produzir 120 mil barris/dia. Contudo, o país atualmente produz 55 mil barris/dia, o que corresponde a apenas 3% da produção da Argélia, por exemplo. A Tunísia importa, hoje, 60% do petróleo que consome (em sua maior parte proveniente da Líbia) e 47% do gás natural, proveniente, em sua totalidade, da Argélia. Em 2013, a Tunísia descobriu novas reservas de petróleo, que poderão elevar a produção do país em 10%, até 2021. Estima-se, todavia, que as reservas de petróleo atualmente sendo exploradas na Tunísia deverão estar esgotadas até o ano de 2040.

A indústria tunisiana, por sua vez, registrou, em 2013, crescimento médio de 2,5%. De acordo com relatório do Banco Africano de Desenvolvimento, os setores de vestuário, eletroeletrônicos, mecânica e agroindústria são responsáveis por 75% das empresas de exportação do país e 65% dos empregos na indústria. O setor está bem integrado às cadeias globais de valor, vínculo que foi aprofundado com a entrada em vigor de zona de livre comércio com a União Europeia, em 2008. Em que pese o adensamento desses vínculos com a Europa (atualmente, o comércio tunisiano-europeu representa mais de 70% das trocas internacionais da Tunísia), analistas tunisianos ressentem-se de que o setor industrial do país tenha passado a operar em nichos

restritos das cadeias globais de produção, em geral em segmentos com potencial limitado de agregação de valor. As instalações industriais estão, ademais, concentradas na região costeira do país, o que reforça desigualdades econômicas regionais históricas. Alguns setores da sociedade tunisiana ressentem, ainda, o alegadamente reduzido impacto das indústrias voltadas para a exportação no real desenvolvimento humano do país.

O Governo de transição adotou, entre 2011 e 2013, políticas monetária e fiscal expansionistas para garantir o crescimento econômico e evitar um aumento do desemprego. Os efeitos colaterais destas medidas foram um crescimento do déficit fiscal do Governo, que chegou a 6% do PIB em 2013, e um incremento da inflação. Os dados divulgados pelo Governo tunisiano relativos ao primeiro quadrimestre de 2015 mostram, entretanto, uma estabilização da taxa de inflação em 5,7% e perspectiva de melhora das contas públicas.

Como forma de saldar os déficits orçamentários, o Governo tunisiano buscou fontes externas de financiamento. Sobretudo na sequência da adoção da nova Constituição tunisiana, em janeiro de 2014, diversos parceiros externos responderam a apelos tunisianos por acesso a fontes de financiamento oficial. Vale mencionar, por exemplo, que, em abril daquele ano, o Governo dos EUA anunciou que repassaria À Tunísia US\$ 500 milhões em garantia a empréstimos que viesse a contrair no mercado financeiro internacional, o que foi instrumental para que o país recebesse US\$ 1,75 bilhão em empréstimos do FMI. Em janeiro deste ano, a Tunísia efetuou emissão de títulos que permitiram a obtenção de empréstimo no valor US\$1 bilhão para financiar o orçamento do Estado em 2015. O sucesso desta operação pode ser avaliada como voto de confiança do mercado internacional e dos parceiros externos nas instituições políticas e econômicas do país e nas boas perspectivas da economia tunisiana.

Comércio

O intercâmbio comercial da Tunísia, segundo estimativas do FMI, foi de US\$ 39,75 bilhões, em 2014. Nos últimos anos, a balança comercial do país tem mantido padrão deficitário (déficit de 7,51 bilhões em 2014, por exemplo). Os dados do primeiro quadrimestre de 2015 divulgados pelo Governo tunisiano mostram uma leve redução desse déficit (20% menor que o do mesmo período em 2014).

As exportações tunisianas, que representam 38% do PIB do país, totalizaram US\$ 16,12 bilhões, em 2014, e foram destinadas, majoritariamente, aos seguintes mercados: França (33,2% do valor total); Itália (18,2%); Alemanha (12%); Espanha (3,3%); Estados Unidos (3,3%); Reino Unido (3%); e Argélia (3%). Nesta listagem, o Brasil figura na 22ª posição. Os principais produtos de exportação da Tunísia são máquinas elétricas, vestuário e combustíveis.

A preponderância das economias europeias também é notada na lista dos países de origem das importações tunisianas, que é encabeçada por França (18,8% do valor total), Itália (18,4%), Alemanha (7,4%), Argélia (6,7%) e Azerbaijão (5,4%). O Brasil é o 19º. Combustíveis, máquinas elétricas, máquinas mecânicas e automóveis são os principais itens da pauta de importações do país.

O comércio Brasil-Tunísia experimentou expansão de 85,4% entre 2005 e 2014, passando de US\$ 167 milhões para US\$ 310 milhões (apesar de retrações pontuais em 2009 e nos últimos dois anos). Há, contudo, potencial para o incremento das relações comerciais entre os dois países, dadas as complementariedades entre as economias tunisiana e brasileira (o cruzamento estatístico entre a pauta exportadora brasileira e importadora da Tunísia em 2012 permite identificar oportunidades de adensamento das trocas econômicas bilaterais, em especial, nos seguintes setores: i) petróleo e derivados; ii) veículos e autopeças; iii) soja e óleo de soja; iv) medicamentos; v) fios de cobre; vi) milho; vii) produtos de ferro/aço; viii) obras de plásticos; ix) trigo; e x) madeira).

A pauta exportadora do Brasil, em 2014, foi dominada pelo açúcar e derivados (36,3% do valor total), soja em grãos e sementes (20%), cereais (16,3%) e café (7,1%). Entre as importações brasileiras provenientes da Tunísia, destacam-se adubos (47,7% do valor total), máquinas elétricas (15,3%) e produtos químicos inorgânicos (11,7%).

Negociação de acordo comercial Tunísia-Mercosul

A Tunísia tem uma rede de acordos comerciais que inclui acordos com a União Europeia e com a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), além do Acordo de Agadir (com Egito, Jordânia e Marrocos), do GAFTA (Greater Arab Free Trade Agreement) e de acordos de preferências fixas com Argélia e Irã. O país foi beneficiado, ademais, com preferências

unilaterais no âmbito do Sistema Geral de Preferências (SGP) de países desenvolvidos.

Desde 2009, o Governo da Tunísia tem mantido consultas com o Brasil sobre a possibilidade de que seja assinado acordo comercial com o Mercosul. No contexto pós-revolucionário, a necessidade de diversificar seus parceiros econômicos internacionais levou a Tunísia a buscar uma nova aproximação com a América Latina, região que responde por menos de 1% do comércio tunisiano com o mundo.

No contexto da reunião do Comitê de Seguimento Brasil-Tunísia, ocorrida em abril de 2014, o interesse político tunisiano foi renovado e, como resultado, as negociações foram retomadas. De sua parte, os países membros do Mercosul demonstram engajamento nas negociações com a Tunísia, no contexto de crescente interesse do bloco em identificar novas frentes negociadoras no continente africano.

Em dezembro de 2014, por ocasião da XLVII Cúpula do Mercosul, foi assinado o Acordo-Quadro de Comércio e Cooperação Econômica entre o Mercosul e a Tunísia. O instrumento, que agora segue os trâmites de ratificação exigidos pelas legislações domésticas de cada país envolvido, tem como objetivo fortalecer o diálogo econômico entre as partes, além de estabelecer um Comitê Conjunto encarregado de, entre outras funções, definir parâmetros e servir de foro para a eventual negociação de acordo de livre comércio (ALC) com a Tunísia.

Em maio de 2015, teve lugar, em Túnis, a primeira reunião de seguimento ao Acordo. Ambas as partes reafirmaram, na ocasião, o interesse em negociar um ALC com ampla cobertura de produtos para promover a expansão e diversificação do comércio. Foi constatado haver oportunidades de diversificação da pauta de comércio entre o Mercosul-Tunísia, uma vez que as exportações tunisianas ao bloco se concentram em fertilizantes (superfosfatos, quase 70%), e a do Mercosul, em produtos agrícolas (cereais, soja e açúcar). Estudos técnicos apontam, ademais, que, no caso do Brasil, eventual conclusão de que um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a Tunísia proporcionará, em princípio, vantagens às exportações brasileiras de bens agrícolas, pelo grau elevado de sua competitividade e pela elevada média tarifária praticada pela Tunísia em relação a produtos exportados pelo Brasil (em torno de 25%).

Investimentos

O Governo tunisiano atribui destacada importância ao investimento externo direto (IED). Os IEDs são responsáveis por um terço das exportações e um quinto dos empregos no país, de acordo com dados do Departamento de Estado estadunidense. No relatório "Doing Business 2014", do Banco Mundial, a Tunísia figura na primeira posição entre os países da África do Norte no que se refere a perspectivas propícias a negócios e investimentos estrangeiros.

Finda a transição política, o Governo tem envidado esforços para recobrar a confiança dos investidores estrangeiros, parcialmente corroída em razão da convulsão social e piora da situação de segurança no contexto pós-revolucionário. No primeiro quadrimestre deste ano, o IED alcançou 385 milhões de euros, o que representa alta de 83,5% na comparação com o mesmo período de 2014, sendo os setores de energia e de serviços os principais beneficiados.

A Tunísia, em razão de sua posição geográfica, instituições públicas sólidas e acordos de livre comércio, é destino potencialmente atrativo para investimentos produtivos brasileiros. Além disso, há projetos de infraestrutura atualmente em estudo pelo Governo da Tunísia, sobretudo para a renovação e a expansão das malhas viária e ferroviária. Dada a grande vantagem competitiva brasileira nesses setores, os projetos, quando anunciados, poderão suscitar interesse de empresas brasileiras.

Não obstante essas oportunidades, até o momento, não há registro de investimentos de empresas brasileiras na Tunísia, tampouco de investimentos diretos da Tunísia no Brasil. A situação recomenda reforço da cooperação entre as respectivas agências de promoção de investimentos e dos contatos entre as comunidades empresariais brasileira e tunisiana. Por identificar na Tunísia um potencial destino de investimentos brasileiros, a Agência Brasileira de promoção de Exportações e Investimentos (APEX) designou o Diretor do seu escritório em Angola para formar parte da delegação brasileira enviada à reunião do Comitê de Seguimento Brasil-Tunísia, que teve lugar em abril de 2014. Na ocasião, os dois países acordaram intensificar a troca de missões entre suas agências de fomento a investimentos, acompanhadas por comitivas empresariais.

Na esteira da reunião do Comitê de Seguimento, foi realizado o "Fórum Econômico Tunísia-Brasil", em maio de 2014, na sede da Federação Industrial do Estado de São Paulo (FIESP). O então Ministro da Indústria, Minas e Energia tunisiano, Kamel Bem Naceur, liderou a participação tunisiana no evento e apresentou grande interesse de seu país em uma

aproximação econômica com o Brasil. Em maio de 2015, teve lugar, em São Paulo, o Seminário “Brasil-Tunísia: perspectivas de cooperação econômica e comercial”, organizado em parceria pela Embaixada da Tunísia no Brasil e a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira.

Negociação de acordo de investimentos

Somando-se às ações de fomento a negócios e investimentos bilaterais, a Tunísia foi incluída entre os destinos de missão técnica interministerial encarregada de apresentar a proposta brasileira de **Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI)** a parceiros econômicos no norte da África, que teve lugar em junho de 2014. Igualmente voltado para a promoção de investimentos, o ACFI oferece fórmula alternativa a modelos tradicionais de acordos de proteção de investimentos, os quais preveem cláusulas de arbitragem obrigatória investidor-Estado e expropriação indireta. A proposta brasileira de ACFI visa a estabelecer mecanismo intergovernamental bilateral para divulgação de oportunidades, intercâmbio de informações e lançamento de iniciativas de facilitação de negócios. A ênfase em mitigação de riscos e prevenção de controvérsias substitui a ênfase na judicialização de conflitos, constante dos acordos tradicionais.

Em abril de 2015, foi enviada proposta revisada do ACFI a Túnis, com base nas discussões sobre o modelo realizadas com outros países. O lado tunisiano solicitou nova reunião presencial, a ser realizada, possivelmente, em novembro do corrente ano.

Até o momento, foram negociados acordos com base no modelo ACFI com México, Moçambique, Angola e Malaui.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

| | |
|------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1574 | A Tunísia é incorporada ao Império Turco-Otomano. |
| 1881 | Em contexto de crise financeira, a Tunísia torna-se protetorado francês. |
| 1920 | Fundação do Partido nacionalista tunisiano "Destur". |
| 1934 | Cisão no "Destur" leva à fundação do partido laico "Neo-Destur", sob a liderança de Habib Bourguiba. |
| 1952 | Assassinato do líder sindical Farhat Rached dá início a onda de protestos contra a presença francesa na Tunísia. |
| 1956 | A Tunísia torna-se independente. Eleições para a Assembleia Constituinte são vencidas pelo Neo-Destur. Habib Bourguiba passa a ocupar o cargo de Primeiro-Ministro. É aprovado o Código do Estatuto Pessoal, que, entre outros, aboliu a poligamia, estabeleceu idade mínima para o casamento e concedeu o direito de divórcio às mulheres. |
| 1957 | Assembleia Constituinte proclama a República. Bourguiba passa a ocupar, interinamente, a Presidência do país. |
| 1959 | Aprovada a Constituição tunisiana. Bourguiba é eleito Presidente. |
| 1963-1964 | A Tunísia adota regime de partido único. O Neo-Destur passa a chamar-se Partido Socialista Desturiano (PSD). |
| 1975 | Habib Bourguiba torna-se Presidente vitalício. |
| 1981 | Em meio a crise econômica, realizam-se as primeiras eleições parlamentares multipartidárias no país. PSD obtém ampla maioria dos assentos em disputa. É fundado o Movimento da Tendência Islâmica (MTI), partido de orientação islamista, sob a liderança de Rached Ghannouchi. |
| 1986 | Bourguiba nomeia Zine Al-Abidine Ben Ali para o cargo de Ministro do Interior e incumbe-o de erradicar o MTI, que vinha se convertendo na maior força de oposição ao Governo. |
| 1987 | Ben Ali é guindado a Primeiro-Ministro e afasta Bourguiba do poder, alegando sua incapacidade devido à senilidade. |
| 1989 | MTI é renomeado Ennahda. O partido segue proscrito. Ben Ali é confirmado no cargo de Presidente, após eleições presidenciais. Após as eleições, reinicia-se processo de dura repressão política aos islamistas, cuja liderança parte para o exílio. |
| 1994 | Ben Ali é reeleito e o partido do Governo <i>Rassemblement Constitutionnel Démocratique</i> (RCD) obtém vitória em todos os 257 municípios do país. |
| 1995 | Assinatura do Acordo de Associação com a União Europeia. |
| 1996 | Governo tunisiano inicia uma série de reformas destinadas a aumentar a participação de partidos da oposição na vida política do país. Sem comprometer a predominância do RCD, aumentou-se o número de |

| | |
|-----------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | assentos reservados para a oposição, tanto no Parlamento como nos Governos locais. |
| 1999 | Realizam-se eleições presidenciais e parlamentares. Ben Ali obtém 99% dos votos e é eleito para novo mandato de 5 anos. Pela primeira vez, candidatos da oposição concorreram contra Ben Ali. |
| 2002 | Adoção de Emenda Constitucional amplia poderes do Legislativo e criou uma segunda instância, a Câmara dos Conselheiros, que começou a atuar em 2005. |
| 2004 | Ben Ali é reeleito para seu 4º mandato com 96% de apoio dos eleitores. |
| 2009 | Ben Ali é reeleito para seu 5º mandato, com 89% dos votos. |
| 2010/dez | Autoimolação de jovem tunisiano em protesto contra a arbitrariedade policial e de autoridades municipais dá início a onda de protestos contra o regime de Ben Ali. |
| 2011/jan | Em 14 de janeiro, face à intensificação dos protestos, Ben Ali dissolve o governo e decreta estado de emergência, na tentativa de manter-se no poder. No mesmo dia, no entanto, deixa o país. O Presidente do Parlamento, Foued Mebazaa, assume como Presidente-interino e o então Primeiro-Ministro Mohammed Ghannouchi forma governo de unidade nacional. |
| 2011/fev | O Primeiro-Ministro Mohamed Ghannouchi pede demissão, cedendo à pressão de manifestações que exigiam sua saída. Em seu lugar, assume Beji Caid Essebsi |
| 2011/mar | Criação do “Conselho da Instância Superior para a Realização dos Objetivos da Revolução, a Reforma Política e a Transição Democrática”, em 3 de março, instância encarregada de elaborar a legislação que regerá a eleição da Assembleia Nacional Constituinte (ANC). |
| 2011/out | Eleições para ANC. Partido islamista Ennahda obtém 41% dos assentos em disputa. |
| 2011/dez | ANC elege o novo Presidente do país, Moncef Marzouki, e o novo Primeiro-Ministro, Hamadi Jebali. |
| 2012/jun | Ex-Presidente Ben Ali, exilado na Arábia Saudita, é condenado à prisão perpétua por mortes decorrentes dos protestos em 2011. Arábia Saudita recusa-se a extraditá-lo. |
| 2012/abr | Beji Caid Essebsi anuncia a formação de novo partido laico, o Nidaa Tunis, que se converte no maior partido de oposição ao Governo do Ennahda. |
| 2012/jun | Após distúrbios provocados por grupos salafistas, Governo tunisiano instaurou "Estado de urgência" por 30 dias em 8 localidades tunisianas. |
| 2012/set | Ataque de grupos salafistas à Embaixada e à Escola norte-americana em Túnis resultou na morte de 4 manifestantes tunisianos e 94 feridos. |
| 2013/fev | Líder oposicionista e membro da ANC, Chokri Belaid, é assassinado na |

| | |
|-----------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | Tunísia. Em virtude do ocorrido, o Primeiro-Ministro Hamadi Jebali renuncia. Em seu lugar é indicado o então Ministro do Interior Ali Larayedh. |
| 2013/jul | A morte do político de oposição Mohamed Brahmi, segundo membro da ANC assassinado em cinco meses, gera revoltas públicas, uma greve geral e pedidos para que o Governo renuncie. Deputados de oposição passam a boicotar os trabalhos da ANC. |
| 2013/out | Em meio ao impasse político, inicia-se Diálogo Nacional entre Governo e oposição, patrocinado por entidades da sociedade civil tunisiana (o chamado "quarteto"): União Geral dos Trabalhadores da Tunísia - UGTT, União Tunisiana da Indústria, do Comércio e do Artesanato - UTICA, Ordem Nacional dos Advogados da Tunísia - ONAT e Liga Tunisiana dos Direitos do Homem – LTDH. |
| 2013/dez | Governo e oposição chegam a um acordo para a retomada dos trabalhos constituintes. |
| 2014/jan | Texto da nova Constituição tunisiana é aprovado pela ANC. Nos termos do acordo obtido entre Governo e oposição, Mehdi Jomaa toma posse como Primeiro-Ministro à frente de Governo tecnocrático, até a realização das eleições parlamentares e presidenciais. |
| 2014/out | O partido laico oposicionista Nidaa Tunis conquista 39% dos assentos nas eleições parlamentares. |
| 2014/dez | Beji Caid Essebsi, candidato do Nidaa Tunis, vence as eleições presidenciais, tornando-se o quinto Presidente do país. |
| 2015/jan | Formação de novo Governo, sob a chefia de Habib Essid. Ennahda é incluído na nova coalizão governista. |
| 2015/mar | Ataque terrorista o Museu Bardo, em Tunis, mata 22 pessoas, a maioria turistas estrangeiros |
| 2015/jun | Novo ataque terrorista faz 38 vítimas em balneário na cidade turística de Sousse. O Governo anuncia o fechamento de mesquitas extremistas. |

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

| | |
|-----------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1956 | Reconhecimento da Independência da Tunísia e abertura do Consulado do Brasil em Túnis. |
| 1961 | Instalação da Embaixada do Brasil em Túnis. |
| 1999 | Desativação temporária da Embaixada, por motivos orçamentários. |
| 2001 | Visita a Túnis do então Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa. Reabertura da Embaixada em Túnis. |
| 2002 | Visita ao Brasil do então Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tunísia, Habib Ben Yahia. |
| 2005 | Visita de trabalho do então Chanceler Celso Amorim a Túnis. |
| 2006 | Reunião da Comissão Mista Brasil-Tunísia em Brasília. |
| 2008 | Visita do então Chanceler Celso Amorim a Túnis. |
| 2009 | Visita do então Chanceler Celso Amorim a Túnis. |
| 2011/mai | Visita do Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos III, Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, a Túnis. |
| 2012/fev | Envio de missão técnica brasileira à Tunísia para prospecção de possibilidades de cooperação. |
| 2012/abr | Visita do então Chanceler Antonio Patriota a Túnis. |
| 2012/set | Realização em Túnis do Simpósio Internacional "Políticas Públicas para a Inclusão Social", organizado conjuntamente pelo Governo brasileiro, pela FAO, e pelo Governo tunisiano. |
| 2012/out | Encontro entre a Presidenta Dilma Rousseff e o Presidente Marzouki às margens da III Cúpula América do Sul-Países Árabes, em Lima. |
| 2013/abr | Visita do então Secretário-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, a Túnis para participar do Fórum Social Mundial. |
| 2013/jun | Ida de missão técnica da Controladoria-Geral da União a Túnis. |
| 2014/abr | Realização de reunião do Comitê de Seguimento Brasil-Tunísia, em Túnis. |
| 2014/abr | Visita ao Brasil de missão interministerial tunisiana, organizada pelo Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos, com o objetivo de conhecer o Programa de Alimentação Escolar brasileiro. |
| 2014/set | Representante do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) participa, em Túnis, do seminário "Em Direção a um Sistema de Proteção Social Inclusivo e Integrado", organizado pelo Ministério dos Assuntos Sociais tunisiano, em parceria com o UNICEF e a OIT. |
| 2014/dez | Assinatura do Acordo-Quadro de Comércio e Cooperação Econômica entre o Mercosul e a Tunísia. |
| 2015/fev | Acordado o início de projeto de cooperação técnica para a capacitação |

| | |
|--|--------------------------------------------|
| | tunisiana na área de cultivo do eucalipto. |
|--|--------------------------------------------|

ATOS BILATERAIS

| Título | Data de celebração | Entrada em vigor | Publicação (D.O.U.) |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------|-------------------------|----------------------------|
| Acordo Cultural | 04/06/1968 | 30/08/1970 | 17/09/1970 |
| Acordo Comercial | 27/11/1990 | 22/09/1992 | 21/10/1992 |
| Acordo sobre a Criação de uma Comissão Mista de Cooperação | 27/11/1990 | 12/05/1992 | 22/10/1992 |
| Acordo sobre Isenção Parcial de Vistos | 19/07/2001 | 06/08/2004 | 04/08/2004 |
| Acordo sobre Cooperação entre os Institutos Diplomáticos de Ambos os Países | 13/03/2002 | 08/07/2004 | 05/07/2005 |
| Acordo de Cooperação Técnica | 13/03/2002 | 11/10/2004 | 13/10/2004 |
| Acordo de Cooperação na Área da Educação Superior, Pesquisa e Tecnologia entre o Brasil e a Tunísia | 16/01/2006 | 19/09/2008 | 22/09/2009 |

Dados econômico-comerciais

Principais Indicadores Econômicos da Tunísia

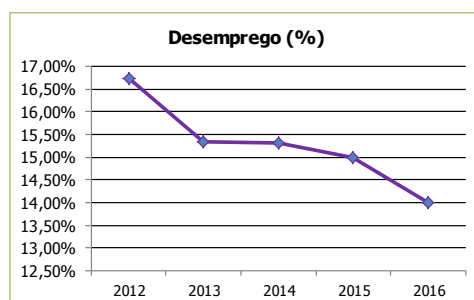
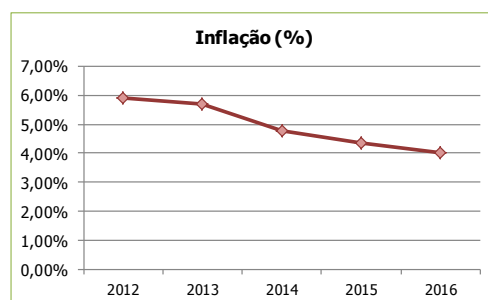
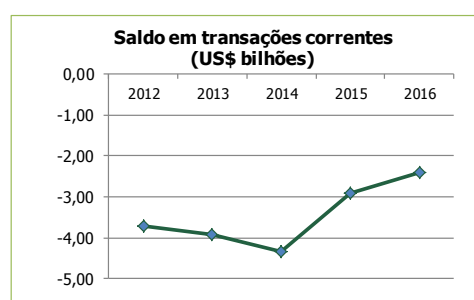
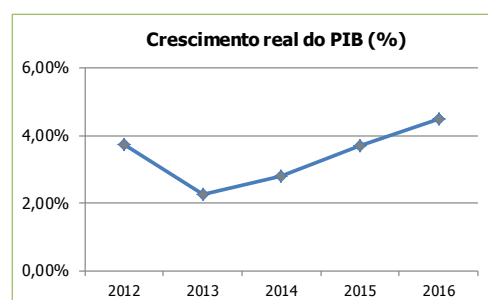
| Indicador | 2012 | 2013 | 2014 ⁽¹⁾ | 2015 ⁽¹⁾ | 2016 ⁽¹⁾ |
|----------------------------------------------|--------|--------|---------------------|---------------------|---------------------|
| Crescimento real (%) | 3,75% | 2,26% | 2,80% | 3,70% | 4,50% |
| PIB nominal (US\$ bilhões) | 45,24 | 47,00 | 49,13 | 50,02 | 51,46 |
| PIB nominal "per capita" (US\$) | 4.198 | 4.317 | 4.466 | 4.502 | 4.585 |
| PIB PPP (US\$ bilhões) | 115,37 | 119,73 | 125,15 | 132,17 | 140,72 |
| PIB PPP "per capita" (US\$) | 10.706 | 10.998 | 11.379 | 11.896 | 12.538 |
| População (milhões de habitantes) | 10,78 | 10,89 | 10,37 | 11,11 | 11,22 |
| Desemprego (%) | 16,72% | 15,33% | 15,30% | 15,00% | 14,00% |
| Inflação (%) | 5,92% | 5,69% | 4,78% | 4,38% | 4,03% |
| Saldo em transações correntes (US\$ bilhões) | -3,71 | -3,90 | -4,33 | -2,92 | -2,41 |
| Dívida externa (US\$ bilhões) | 25,26 | 25,83 | 28,38 | 27,35 | 28,90 |
| Câmbio (TD / US\$) | 1,56 | 1,62 | 1,70 | 2,00 | 2,18 |

Origem do PIB (2014 estimativa)

| | |
|-------------|-------|
| Agricultura | 8,7% |
| Indústria | 29,0% |
| Serviços | 62,3% |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nas seguintes publicações: (1) EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report May 2015; (2) IMF - World Economic Outlook Database, April 2015.

(1) Estimativas FMI e EIU.



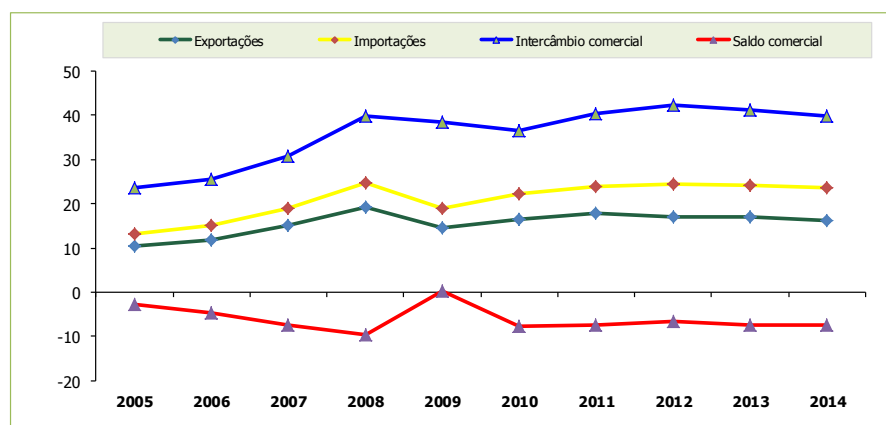
Evolução do Comércio Exterior da Tunísia
US\$ bilhões

| Anos | Exportações | | Importações | | Intercâmbio comercial | | Saldo comercial |
|-------------------------|--------------|-----------------------------------|--------------|-----------------------------------|-----------------------|-----------------------------------|-----------------|
| | Valor | Var. % em relação ao ano anterior | Valor | Var. % em relação ao ano anterior | Valor | Var. % em relação ao ano anterior | |
| 2005 | 10,49 | 8,4% | 13,17 | 3,4% | 23,67 | 5,6% | -2,68 |
| 2006 | 11,69 | 11,4% | 15,01 | 13,9% | 25,50 | 7,7% | -4,51 |
| 2007 | 15,17 | 29,7% | 19,10 | 27,3% | 30,79 | 20,8% | -7,41 |
| 2008 | 19,32 | 27,4% | 24,64 | 29,0% | 39,80 | 29,3% | -9,47 |
| 2009 | 14,45 | -25,2% | 19,10 | -22,5% | 38,42 | -3,5% | 0,22 |
| 2010 | 16,43 | 13,7% | 22,22 | 16,3% | 36,66 | -4,6% | -7,77 |
| 2011 | 17,85 | 8,6% | 23,95 | 7,8% | 40,38 | 10,1% | -7,53 |
| 2012 | 17,01 | -4,7% | 24,47 | 2,2% | 42,32 | 4,8% | -6,62 |
| 2013 | 17,06 | 0,3% | 24,27 | -0,8% | 41,27 | -2,5% | -7,26 |
| 2014 ⁽¹⁾ | 16,12 | -5,5% | 23,63 | -2,6% | 39,75 | -3,7% | -7,51 |
| Var. % 2005-2014 | 53,6% | --- | 79,4% | --- | 67,9% | --- | n.c. |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaboradas por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

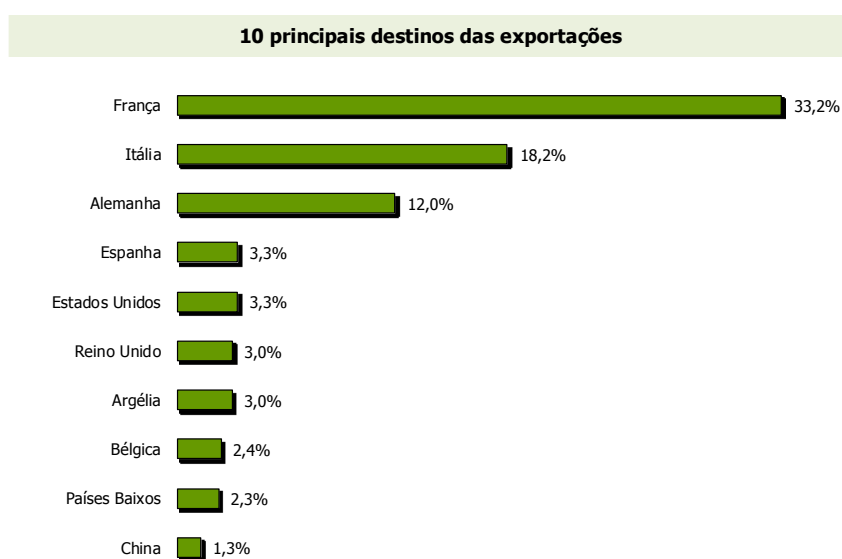
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



| Direção das Exportações da Tunísia US\$ milhões | | |
|----------------------------------------------------|------------------------|--------------------|
| Descrição | 2 0 1 4 ⁽¹⁾ | Part.% no total |
| França | 5.355 | 33,2% |
| Itália | 2.928 | 18,2% |
| Alemanha | 1.932 | 12,0% |
| Espanha | 538,4 | 3,3% |
| Estados Unidos | 538,1 | 3,3% |
| Reino Unido | 491,1 | 3,0% |
| Argélia | 490,5 | 3,0% |
| Bélgica | 390 | 2,4% |
| Países Baixos | 371 | 2,3% |
| China | 213 | 1,3% |
| ... | | |
| Brasil (22ª posição) | 72,6 | 0,5% |
| Subtotal | 13.319,4 | 82,6% |
| Outros países | 2.799,1 | 17,4% |
| Total | 16.118,5 | 100,0% |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2015.

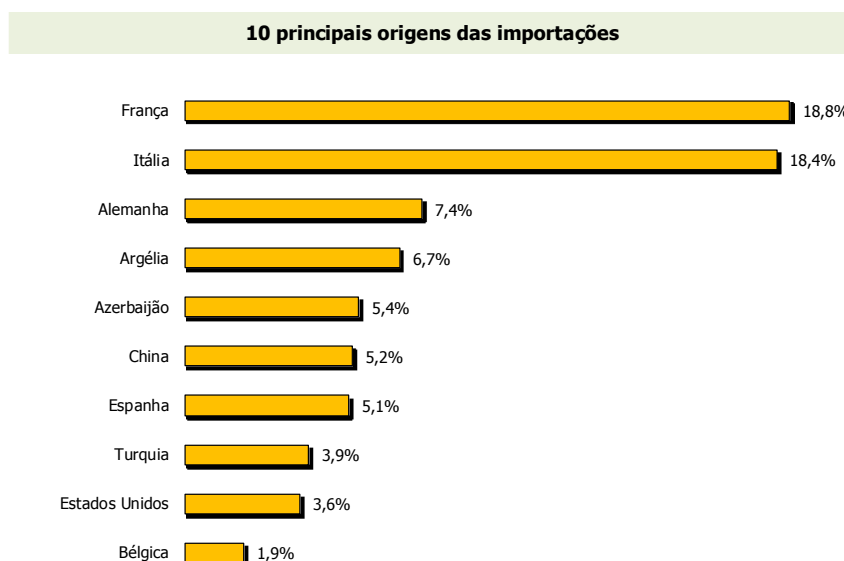
(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.



47

| Origem das Importações da Tunísia US\$ milhões | | |
|---------------------------------------------------|------------------------|--------------------|
| Descrição | 2 0 1 4 ⁽¹⁾ | Part.% no total |
| França | 4.454 | 18,8% |
| Itália | 4.357 | 18,4% |
| Alemanha | 1.747 | 7,4% |
| Argélia | 1.584 | 6,7% |
| Azerbaijão | 1.284 | 5,4% |
| China | 1.236 | 5,2% |
| Espanha | 1.210 | 5,1% |
| Turquia | 915 | 3,9% |
| Estados Unidos | 850 | 3,6% |
| Bélgica | 438 | 1,9% |
| ... | | |
| Brasil (19ª posição) | 237,6 | 1,0% |
| Subtotal | 18.312 | 77,5% |
| Outros países | 5.317 | 22,5% |
| Total | 23.629 | 100,0% |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2015.
(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.



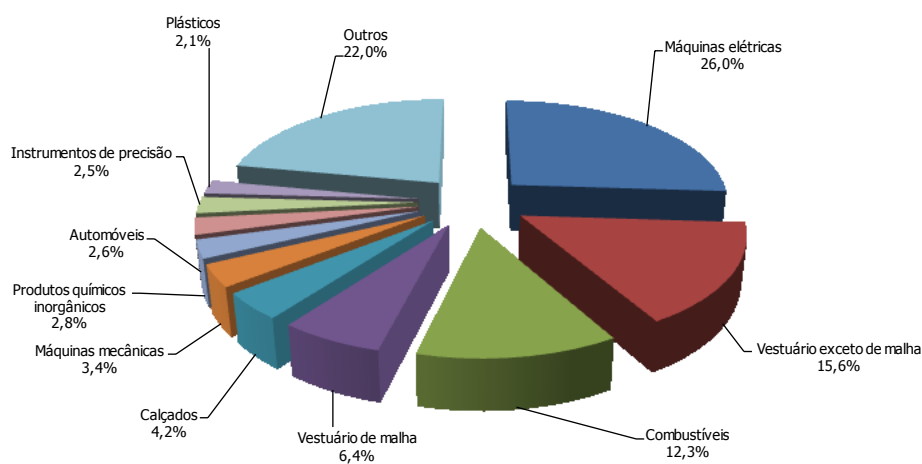
Composição das exportações da Tunísia
US\$ milhões

| Descrição | 2 0 1 4⁽¹⁾ | Part.% no total |
|-------------------------------|------------------------------|------------------------|
| Máquinas elétricas | 4.191 | 26,0% |
| Vestuário exceto de malha | 2.520 | 15,6% |
| Combustíveis | 1.985 | 12,3% |
| Vestuário de malha | 1.028 | 6,4% |
| Calçados | 669 | 4,2% |
| Máquinas mecânicas | 555 | 3,4% |
| Produtos químicos inorgânicos | 455 | 2,8% |
| Automóveis | 418 | 2,6% |
| Instrumentos de precisão | 410 | 2,5% |
| Plásticos | 336 | 2,1% |
| Subtotal | 12.566 | 78,0% |
| Outros | 3.553 | 22,0% |
| Total | 16.118 | 100,0% |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaboradas por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais grupos de produtos exportados



49

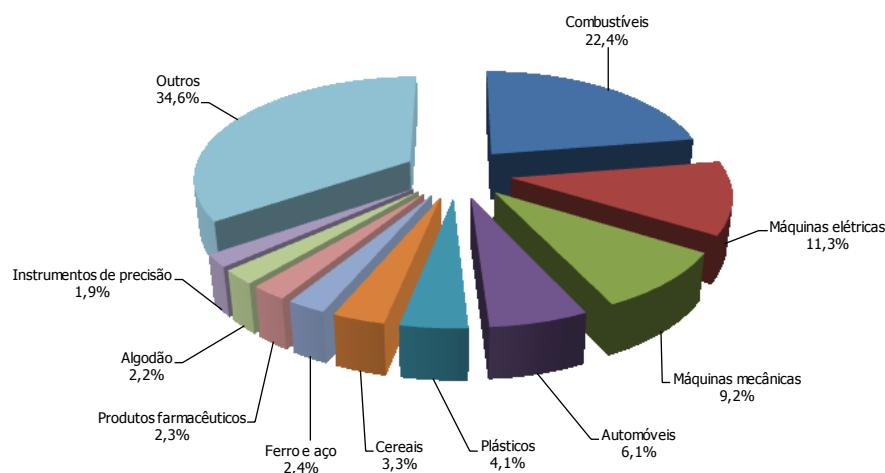
Composição das importações da Tunísia
US\$ milhões

| Descrição | 2 0 1 4⁽¹⁾ | Part.% no total |
|--------------------------|------------------------------|------------------------|
| Combustíveis | 5.301 | 22,4% |
| Máquinas elétricas | 2.679 | 11,3% |
| Máquinas mecânicas | 2.163 | 9,2% |
| Automóveis | 1.451 | 6,1% |
| Plásticos | 979 | 4,1% |
| Cereais | 770 | 3,3% |
| Ferro e aço | 578 | 2,4% |
| Produtos farmacêuticos | 541 | 2,3% |
| Algodão | 527 | 2,2% |
| Instrumentos de precisão | 461 | 1,9% |
| Subtotal | 15.448 | 65,4% |
| Outros | 8.181 | 34,6% |
| Total | 23.629 | 100,0% |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

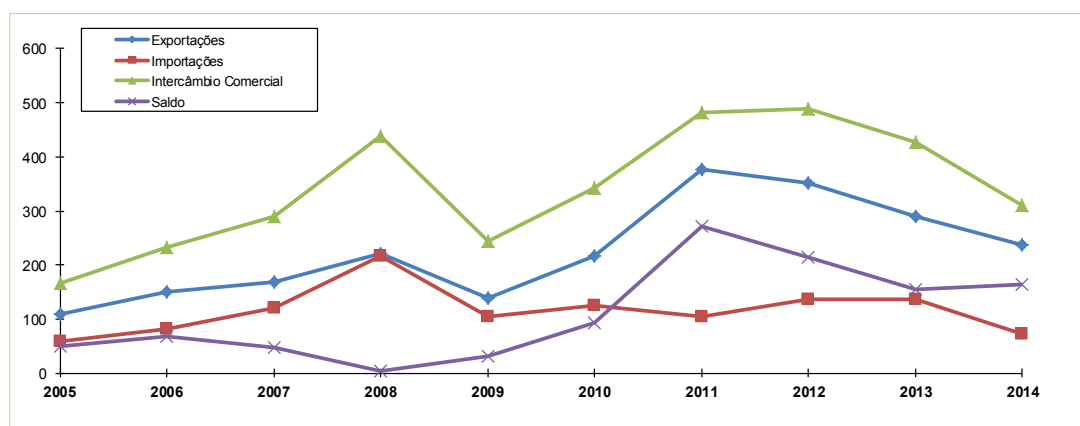
10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Tunísia
US\$ milhões, fob

| Anos | Exportações | | | Importações | | | Intercâmbio Comercial | | | Saldo |
|-------------------------|---------------|------------|----------------------------|--------------|------------|----------------------------|-----------------------|------------|----------------------------|-------------|
| | Valor | Var.% | Part. % no total do Brasil | Valor | Var.% | Part. % no total do Brasil | Valor | Var.% | Part. % no total do Brasil | |
| 2005 | 109 | -3,4% | 0,09% | 58,4 | -21,2% | 0,08% | 167 | -10,5% | 0,09% | 50,4 |
| 2006 | 150 | 38,1% | 0,11% | 81,8 | 40,0% | 0,09% | 232 | 38,7% | 0,10% | 68,5 |
| 2007 | 169 | 12,6% | 0,11% | 121 | 48,0% | 0,10% | 290 | 25,1% | 0,10% | 48,2 |
| 2008 | 221 | 30,7% | 0,11% | 216 | 78,8% | 0,13% | 438 | 50,7% | 0,13% | 4,77 |
| 2009 | 138 | -37,6% | 0,09% | 105 | -51,3% | 0,08% | 243 | -44,4% | 0,09% | 32,7 |
| 2010 | 218 | 57,9% | 0,11% | 124 | 18,1% | 0,07% | 342 | 40,7% | 0,09% | 93,5 |
| 2011 | 376 | 72,8% | 0,15% | 104 | -16,0% | 0,17% | 481 | 40,5% | 0,10% | 272 |
| 2012 | 351 | -6,6% | 0,14% | 137 | 31,7% | 0,06% | 489 | 1,7% | 0,10% | 214 |
| 2013 | 291 | -17,3% | 0,12% | 136 | -1,0% | 0,06% | 427 | -12,7% | 0,09% | 155 |
| 2014 | 238 | -18,3% | 0,11% | 72,6 | -46,7% | 0,03% | 310 | -27,3% | 0,07% | 165 |
| 2015 (jan-mai) | 137 | 40,6% | 0,18% | 25,6 | -46,8% | 0,03% | 162 | 11,7% | 0,11% | 111 |
| Var. % 2005-2014 | 118,3% | --- | --- | 24,2% | --- | --- | 85,4% | --- | --- | n.c. |

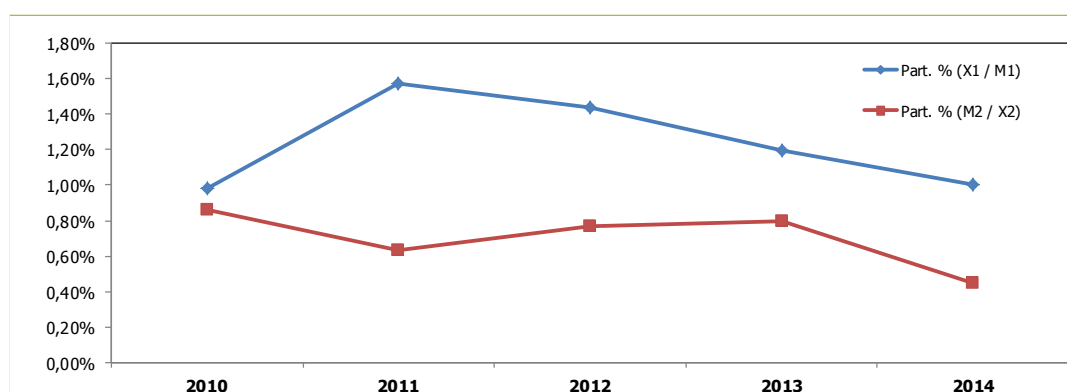
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Junho de 2015.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



51

| Part. % do Brasil no Comércio da Tunísia ⁽¹⁾ US\$ milhões | | | | | | |
|-------------------------------------------------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------------|
| Descrição | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | Var. % 2010/2014 |
| Exportações do Brasil para a Tunísia (X1) | 218 | 376 | 351 | 291 | 238 | 9,0% |
| Importações totais da Tunísia (M1) | 22.215 | 23.952 | 24.471 | 24.266 | 23.629 | 6,4% |
| Part. % (X1 / M1) | 0,98% | 1,57% | 1,44% | 1,20% | 1,01% | 2,5% |
| Importações do Brasil originárias da Tunísia (M2) | 124 | 104 | 137 | 136 | 73 | -41,6% |
| Exportações totais da Tunísia (X2) | 14.445 | 16.427 | 17.847 | 17.007 | 16.118 | 11,6% |
| Part. % (M2 / X2) | 0,86% | 0,64% | 0,77% | 0,80% | 0,45% | -47,7% |

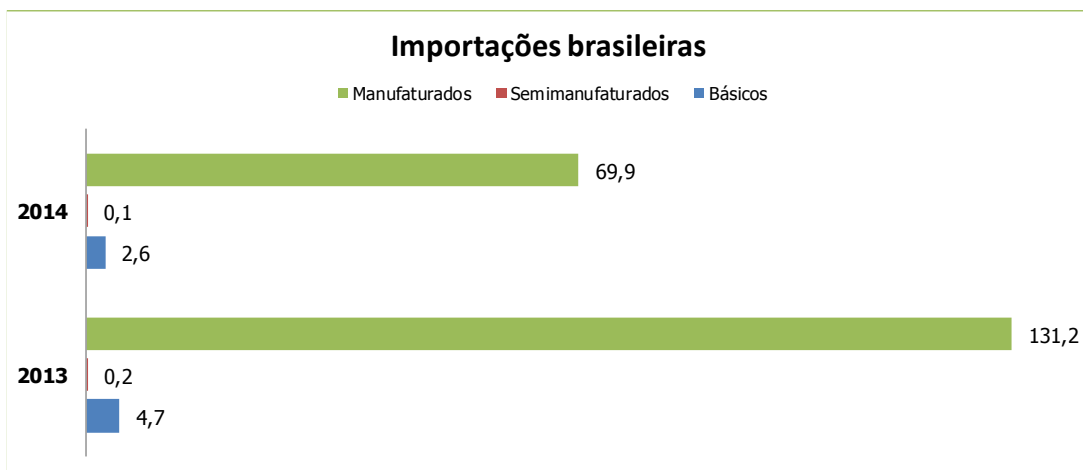
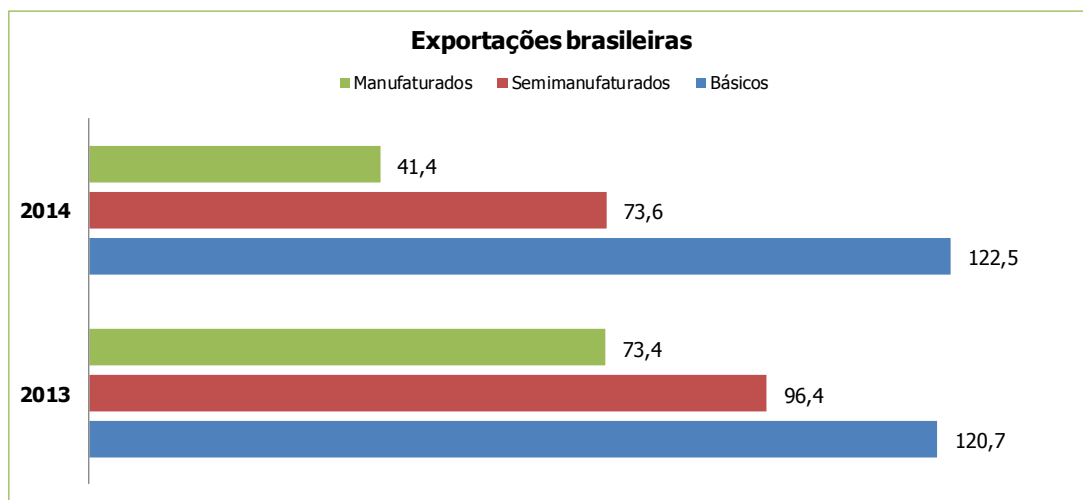
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Junho de 2015.
(1) As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.



Exportações e importações brasileiras por fator agregado

US\$ milhões

Comparativo 2014 com 2013



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2015.

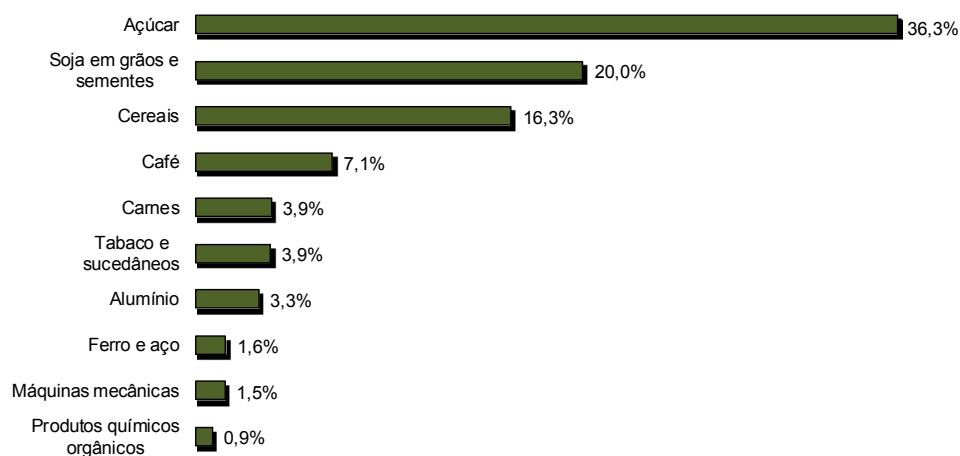
53

Composição das exportações brasileiras para a Tunísia
US\$ milhões, fob

| Descrição | 2012 | | 2013 | | 2014 | |
|-----------------------------|------------|-----------------|------------|-----------------|------------|-----------------|
| | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total |
| Açúcar | 134,7 | 38,3% | 96,1 | 33,1% | 86,1 | 36,3% |
| Soja em grãos e sementes | 29,9 | 8,5% | 0,0 | 0,0% | 47,5 | 20,0% |
| Cereais | 75,5 | 21,5% | 76,9 | 26,5% | 38,7 | 16,3% |
| Café | 20,4 | 5,8% | 16,4 | 5,6% | 16,8 | 7,1% |
| Carnes | 12,9 | 3,7% | 8,9 | 3,1% | 9,3 | 3,9% |
| Tabaco e sucedâneos | 9,7 | 2,7% | 6,9 | 2,4% | 9,2 | 3,9% |
| Alumínio | 0,0 | 0,0% | 6,3 | 2,2% | 7,8 | 3,3% |
| Ferro e aço | 1,7 | 0,5% | 10,5 | 3,6% | 3,8 | 1,6% |
| Máquinas mecânicas | 7,5 | 2,1% | 3,7 | 1,3% | 3,7 | 1,5% |
| Produtos químicos orgânicos | 3,1 | 0,9% | 1,7 | 0,6% | 2,1 | 0,9% |
| Subtotal | 295 | 84,0% | 227 | 78,3% | 225 | 94,7% |
| Outros produtos | 56 | 16,0% | 63 | 21,7% | 12 | 5,3% |
| Total | 351 | 100,0% | 291 | 100,0% | 238 | 100,0% |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2015.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2014

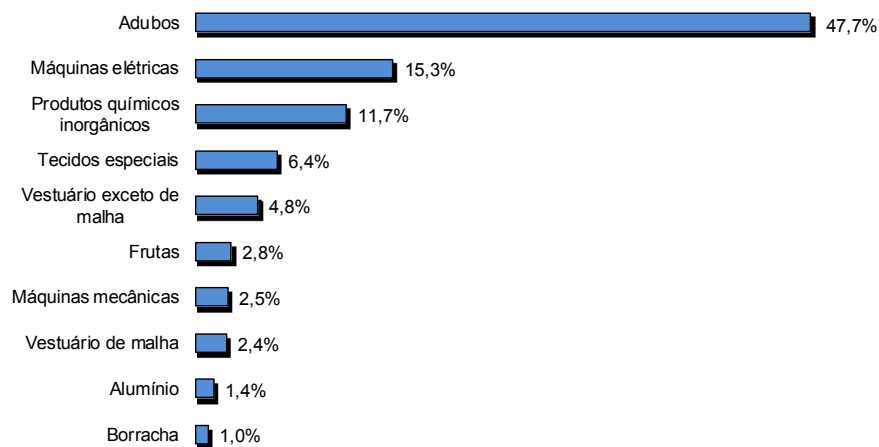


Composição das importações brasileiras originárias da Tunísia
US\$ milhões, fob

| Descrição | 2012 | | 2013 | | 2014 | |
|-------------------------------|------------|-----------------|------------|-----------------|-----------|-----------------|
| | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total | Valor | Part.% no total |
| Adbos | 68,7 | 50,0% | 96,5 | 70,9% | 34,6 | 47,7% |
| Máquinas elétricas | 24,3 | 17,7% | 7,6 | 5,6% | 11,1 | 15,3% |
| Produtos químicos inorgânicos | 26,0 | 18,9% | 10,9 | 8,0% | 8,5 | 11,7% |
| Tecidos especiais | 2,8 | 2,1% | 6,3 | 4,6% | 4,6 | 6,4% |
| Vestuário exceto de malha | 2,6 | 1,9% | 3,5 | 2,6% | 3,5 | 4,8% |
| Frutas | 1,8 | 1,3% | 1,2 | 0,9% | 2,0 | 2,8% |
| Máquinas mecânicas | 0,97 | 0,7% | 2,0 | 1,5% | 1,84 | 2,5% |
| Vestuário de malha | 0,99 | 0,7% | 1,5 | 1,1% | 1,76 | 2,4% |
| Alumínio | 2,9 | 2,1% | 3,0 | 2,2% | 1,0 | 1,4% |
| Borracha | 0,2 | 0,1% | 0,6 | 0,4% | 0,7 | 1,0% |
| Subtotal | 131 | 95,5% | 133 | 97,8% | 70 | 96,0% |
| Outros produtos | 6 | 4,5% | 3 | 2,2% | 3 | 4,0% |
| Total | 137 | 100,0% | 136 | 100,0% | 73 | 100,0% |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2015.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2014



55

Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões, fob

| DESCRIÇÃO | 2 0 1 4 (jan-mai) | Part. % no total | 2 0 1 5 (jan-mai) | Part. % no total | Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2015 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--------------------------|----------------------|---------------------|----------------------|---------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|----------------------|--------|------|--------------------------|------|------|------|---------------------|-----|----------|-----|------------------|-----|-------------|-----|--------------------|-----|--------|-----|------------------|-----|
| Exportações | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Açúcar | 46,19 | 47,5% | 70,33 | 51,4% | <table><caption>Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2015</caption><thead><tr><th>Produto</th><th>Valor (US\$ milhões)</th></tr></thead><tbody><tr><td>Açúcar</td><td>70,3</td></tr><tr><td>Soja em grãos e sementes</td><td>23,5</td></tr><tr><td>Café</td><td>10,7</td></tr><tr><td>Tabaco e sucedâneos</td><td>8,7</td></tr><tr><td>Alumínio</td><td>7,9</td></tr><tr><td>Gorduras e óleos</td><td>5,8</td></tr><tr><td>Ferro e aço</td><td>3,5</td></tr><tr><td>Máquinas mecânicas</td><td>1,6</td></tr><tr><td>Carnes</td><td>1,1</td></tr><tr><td>Armas e munições</td><td>0,5</td></tr></tbody></table> | Produto | Valor (US\$ milhões) | Açúcar | 70,3 | Soja em grãos e sementes | 23,5 | Café | 10,7 | Tabaco e sucedâneos | 8,7 | Alumínio | 7,9 | Gorduras e óleos | 5,8 | Ferro e aço | 3,5 | Máquinas mecânicas | 1,6 | Carnes | 1,1 | Armas e munições | 0,5 |
| Produto | Valor (US\$ milhões) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Açúcar | 70,3 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Soja em grãos e sementes | 23,5 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Café | 10,7 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Tabaco e sucedâneos | 8,7 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Alumínio | 7,9 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Gorduras e óleos | 5,8 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Ferro e aço | 3,5 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Máquinas mecânicas | 1,6 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Carnes | 1,1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Armas e munições | 0,5 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Soja em grãos e sementes | 16,90 | 17,4% | 23,50 | 17,2% | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Café | 6,62 | 6,8% | 10,74 | 7,9% | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Tabaco e sucedâneos | 0,09 | 0,1% | 8,75 | 6,4% | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Alumínio | 2,78 | 2,9% | 7,86 | 5,7% | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Gorduras e óleos | 0,01 | 0,0% | 5,80 | 4,2% | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Ferro e aço | 0,97 | 1,0% | 3,50 | 2,6% | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Máquinas mecânicas | 1,54 | 1,6% | 1,61 | 1,2% | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Carnes | 4,73 | 4,9% | 1,06 | 0,8% | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Armas e munições | 0,00 | 0,0% | 0,48 | 0,4% | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Subtotal | 79,82 | 82,0% | 133,62 | 97,7% | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Outros produtos | 17,48 | 18,0% | 3,17 | 2,3% | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Total | 97,30 | 100,0% | 136,79 | 100,0% | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2015

| Importações | | | | |
|---------------------------|--------------|---------------|--------------|---------------|
| Combustíveis | 0,00 | 0,0% | 13,48 | 52,7% |
| Químicos inorgânicos | 7,50 | 15,6% | 3,46 | 13,5% |
| Tecidos especiais | 2,07 | 4,3% | 2,85 | 11,1% |
| Máquinas elétricas | 6,78 | 14,1% | 2,48 | 9,7% |
| Vestuário exceto de malha | 0,85 | 1,8% | 1,09 | 4,3% |
| Máquinas mecânicas | 1,00 | 2,1% | 0,61 | 2,4% |
| Vestuário de malha | 0,69 | 1,4% | 0,50 | 2,0% |
| Instrumentos de precisão | 0,19 | 0,4% | 0,20 | 0,8% |
| Borracha | 0,41 | 0,9% | 0,19 | 0,8% |
| Frutas | 0,28 | 0,6% | 0,15 | 0,6% |
| Subtotal | 19,77 | 41,1% | 25,01 | 97,8% |
| Outros produtos | 28,30 | 58,9% | 0,57 | 2,2% |
| Total | 48,07 | 100,0% | 25,58 | 100,0% |

| Produto | Valor (US\$ milhões) |
|---------------------------|----------------------|
| Combustíveis | 13,5 |
| Químicos inorgânicos | 3,5 |
| Tecidos especiais | 2,8 |
| Máquinas elétricas | 2,5 |
| Vestuário exceto de malha | 1,1 |
| Máquinas mecânicas | 0,6 |
| Vestuário de malha | 0,5 |
| Instrumentos de precisão | 0,2 |
| Borracha | 0,2 |
| Frutas | 0,1 |

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2015.

Aviso nº 329 - C. Civil.

Em 24 de julho de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOSÉ ESTANISLAU DO AMARAL SOUZA NETO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Tunísia.

Atenciosamente,

ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

À COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E
DEFESA NACIONAL

2ª PARTE - DELIBERATIVA

2



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

PARECER Nº , DE 2015

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 339, de 2015 (PDC nº 163, de 2015, na origem), da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, que *aprova o texto revisto, em Português, do Acordo de Comércio Preferencial (ACP) entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União Aduaneira da África Austral (SACU), integrada pela República da África do Sul, República de Botsuana, Reino do Lesoto, República da Namíbia e Reino da Suazilândia, assinado pelos sócios do MERCOSUL na Costa do Saúpe, Bahia, em dezembro de 2008 e pelos países africanos em Maseru, capital do Lesoto, em 3 de abril de 2009.*

Relator: Senador **TASSO JEREISSATI**

I – RELATÓRIO

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, a Chefe do Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 251, de 8 de julho de 2015, submete ao Congresso Nacional o texto revisto, em português, do Acordo de Comércio Preferencial (ACP) entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União Aduaneira da África Austral (SACU), integrada pela República da África do Sul, República de Botsuana, Reino do Lesoto, República da Namíbia e Reino da Suazilândia, assinado pelos sócios do MERCOSUL na Costa do Saúpe, Bahia, em dezembro de 2008, e pelos países africanos em Maseru, capital do Lesoto, em 3 de abril de 2009.

O texto revisto do Acordo foi inicialmente apreciado pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, que aprovou a Mensagem Presidencial e a transformou no projeto de decreto legislativo em apreciação. Na

**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Tasso Jereissati

Câmara dos Deputados, a proposição foi distribuída, em seguida, para as comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, Finanças e Tributação e Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa. O projeto de decreto legislativo derivado da Mensagem nº 251, que veio acompanhada de Exposição de Motivos do Ministério das Relações Exteriores datada de 26 de março do corrente ano, foi aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados em 27 de agosto de 2015, tendo dado entrada no Senado Federal no mesmo dia.

Segundo esclarece a Exposição de Motivos do Ministério das Relações Exteriores que acompanha a Mensagem Presidencial (EMI nº 129/2015 MRE), embora tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional em 20 de dezembro de 2010, por meio do Decreto Legislativo nº 807, o referido ato internacional não foi ratificado por terem sido identificados erros de tradução na versão em português. À luz da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, as Partes Signatárias do Acordo concordaram quanto à formulação de uma Ata de Retificação. Essa Ata, não tendo sido objeto de ressalvas pelos sócios do Mercosul, foi aprovada pelo Conselho de Ministros da SACU, em abril de 2013. Em julho seguinte a Ata de Retificação foi registrada e autenticada pela Secretaria Administrativa do Mercosul, depositária provisória do Acordo. A Exposição de Motivos do Ministério das Relações Exteriores solicita a simples republicação do referido Acordo pelo Congresso Nacional, com fundamento no inciso III do art. 325 do Regimento Interno do Senado Federal e no art. 199 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

II – ANÁLISE

Cuida-se aqui, sucintamente, da revisão de um Acordo de Comércio Preferencial (ACP) que, firmado em inglês, passou por tradução para o português onde foram, posteriormente, identificados vários erros. Segundo o Artigo 41 do Acordo, “em caso de dúvida ou divergência de interpretação, o texto em inglês prevalecerá”. A Exposição de Motivos alerta que a correção do texto não resultará em mudanças nas preferências comerciais ou nas demais obrigações assumidas, mas evitará eventuais problemas de implementação, decorrentes das falhas de tradução já identificadas. Ademais, em matéria de acordos internacionais, há precedente para esse procedimento, como por exemplo na republicação do Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Fundamental e



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Tasso Jereissati

Médio Não-Técnico entre os Estados Partes do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile.

Cabe lembrar, ademais, que o Brasil é o único país signatário do ato internacional em pauta que ainda não o ratificou.

Segundo a Exposição de Motivos:

A opção pela republicação evitaria que o Brasil ficasse em posição de causar atraso adicional à entrada em vigor do Acordo e à sua implementação. O procedimento da republicação permitiria, ainda, que as preferências negociadas pudessem ser mais rapidamente aproveitadas pelos setores exportadores, de forma a aumentar as oportunidades comerciais entre o Brasil e o bloco sul-africano.

É relevante destacar entretanto, alguns aspectos que merecem no mínimo uma reflexão: como é possível que um problema de tradução não tenha sido detectado pelas instâncias envolvidas anteriormente à aprovação do Decreto Legislativo pelo Congresso Nacional? Por outra face, por que a tramitação de um acordo supostamente vantajoso para o país, atrasou tanto, de 2009 a 2015, sem que os setores empresariais envolvidos buscassem acelerar sua aprovação? Isso nos remete à dúvida sobre os reais benefícios a serem alcançados, dada a inércia das partes.

Neste misto de falhas burocráticas e desinteresse empresarial, deuse o encaminhamento do presente acordo, que diga-se de passagem, trata-se de um acordo de preferência, não de livre comércio. Nesta modalidade, o que temos é uma limitação de benefícios a determinados bens, enquanto poderíamos ter envidados esforços para uma negociação muito mais ambiciosa.

Faltam-nos ainda maiores informações, mas sou levado a duvidar de que os resultados imaginados em 2009, quando se iniciaram as tratativas para o acordo, sejam os mesmos a serem alcançados hoje, diante de tantas mudanças na conjuntura internacional desde então. Lamento concluir que, nesse específico processo, encontramos as mesmas carências e falhas que observamos na condução da economia e da política externa observados nos últimos anos.



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Tasso Jereissati

Mesmo assim, o Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio, que agora nos tem procurado revelando a urgência da aprovação do Decreto, estima que o Brasil se beneficiará consideravelmente da entrada em vigência do referido ato internacional, uma vez que em 2014 as exportações brasileiras para a região somaram US\$ 1,256 bilhão, das quais mais de 80% são de bens industrializados.

Conforme aponta o parecer aprovado pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, o Governo brasileiro, em linha com os objetivos do Plano Nacional de Exportações, “tem a intenção de negociar o aprofundamento do acordo, objetivo que somente poderá ser alcançado após a devida internalização do presente instrumento.”

Que tenhamos aprendido a lição e torçamos para que este instrumento apesar das falhas e atropelos, produzam o benefício esperado.

III – VOTO

Com base no exposto, voto pela aprovação do texto revisto do Acordo de Comércio Preferencial (ACP) entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a União Aduaneira da África Austral, integrada pela República da África do Sul, República de Botsuana, Reino do Lesoto, República da Namíbia e Reino da Suazilândia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo nº 339, de 2015.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati



SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 339, DE 2015

(nº 163/2015, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto revisto, em Português, do Acordo de Comércio Preferencial (ACP) entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União Aduaneira da África Austral (SACU), integrada pela República da África do Sul, República de Botsuana, Reino do Lesoto, República da Namíbia e Reino da Suazilândia, assinado pelos sócios do MERCOSUL na Costa do Sauípe, Bahia, em dezembro de 2008 e pelos países africanos em Maseru, capital do Lesoto, em 3 de abril de 2009.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto revisto, em Português, do Acordo de Comércio Preferencial (ACP) entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União Aduaneira da África Austral (SACU), integrada pela República da África do Sul, República de Botsuana, Reino do Lesoto, República da Namíbia e Reino da Suazilândia, assinado pelos sócios do MERCOSUL na Costa do Sauípe, Bahia, em dezembro de 2008, e pelos países africanos em Maseru, capital do Lesoto, em 3 de abril de 2009.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM, EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS E TEXTO DO ACORDO

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1360090&filename=MSC+251/2015

À COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL

2ª PARTE - DELIBERATIVA

3

PARECER Nº , DE 2015

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 24, de 2015, do Senador Magno Malta, que *institui o Grupo Brasil-Guiné*.

RELATOR: Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão o Projeto de Resolução do Senado nº 24, de 2015, de autoria do ilustre Senador Magno Malta, que *institui o Grupo Parlamentar Brasil-Guiné*.

A proposição em epígrafe institui, como serviço de cooperação interparlamentar, o Grupo Parlamentar Brasil-Guiné, a ser integrado por membros do Congresso Nacional que a ele livremente aderirem. Sua finalidade é incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre seus Poderes Legislativos (arts. 1º e 2º).

O art. 3º ilustra os meios pelos quais se dará a cooperação interparlamentar: visitas recíprocas; realização de congressos, seminários, simpósios, debates, conferências, estudos e encontros de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, econômica e financeira, necessárias ao encaminhamento das questões

atinentes ao desenvolvimento das relações bilaterais; permuta periódica de publicações e trabalhos e matéria legislativa; intercâmbio de experiências parlamentares e outras atividades compatíveis com os objetivos do Grupo.

O art. 4º dispõe que o Grupo Parlamentar reger-se-á pelo seu regulamento interno ou, na falta desse, pela decisão da maioria absoluta de seus membros fundadores, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor.

Na justificação, o autor destaca a longevidade das relações diplomáticas bilaterais, o incremento do fluxo comercial nos últimos anos e o aumento recíproco do interesse em turismo.

II – ANÁLISE

As relações diplomáticas entre os dois países foram estabelecidas em 1974, mas somente ganharam impulso com a abertura das respectivas Embaixadas residentes e com a assinatura de diversos acordos bilaterais, na década de 2000. O comércio bilateral e o investimento internacional têm florescido.

De acordo com informações encaminhadas pela Chancelaria brasileira, o significativo comércio bilateral, decorrente das importações nacionais de petróleo, tem sido acompanhado de iniciativas de cooperação técnica, tornando o país uma alternativa à dependência em cooperação em relação a parceiros mais tradicionais, como a Espanha e a França. Projetos de cooperação técnica nas áreas de agricultura familiar e futebol estavam em negociação até recentemente.

As construtoras brasileiras ARG e Andrade Gutierrez têm contratos na Guiné Equatorial, em obras de infraestrutura na parte continental do país. A OAS e a Queiroz Galvão também possuem empreendimentos, na rodovia na ilha de Bioko e na construção da cidade administrativa de Oyala, na parte continental, respectivamente, somando, ambas, US\$ 5 bilhões.

A ODEBRECHT aguarda autorização do Presidente Obiang para iniciar a construção do terminal do aeroporto de Mongomeyen.

A Guiné cogita a aquisição de aeronaves da EMBRAER – estimam-se 190 unidades – para compor a frota da companhia aérea guinéu-equatoriana CEIBA.

No campo da defesa, a EMGEPRON (Empresa Gerencial de Projetos Navais, pública) mostra interesse na aquisição da corveta classe "Barroso" pela Marinha da Guiné Equatorial. Caso finalizado, será o maior negócio da Marinha brasileira no exterior, na ordem de US\$ 450 milhões.

Todo esse perfil e esse potencial demonstram ser a diplomacia parlamentar entre ambos os países tema da mais elevada relevância para as relações exteriores do Brasil.

III – VOTO

Por todo o exposto, voto favoravelmente ao Projeto de Resolução do Senado nº 24, de 2015.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 24, DE 2015

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Guiné e dá outras providências.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É instituído, como serviço de cooperação interparlamentar, o Grupo Brasil-Guiné, com a finalidade de incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre seus Poderes Legislativos.

Art. 2º O Grupo Parlamentar será integrado por membros do Congresso Nacional que a ele livremente aderirem.

Art. 3º A cooperação interparlamentar dar-se-á por meio de:

I – visitas parlamentares;

II – realização de congressos, seminários, simpósios, debates, conferências, estudos e encontros de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, econômica e financeira, indispensáveis à análise, à compreensão, ao encaminhamento e à solução de problemas, visando ao desenvolvimento das relações bilaterais;

III – permuta periódica de publicações e trabalhos sobre matéria legislativa;

IV – intercâmbio de experiências parlamentares;

V – outras atividades compatíveis com os objetivos do Grupo.

Parágrafo único. O Grupo Parlamentar poderá manter relações culturais e de intercâmbio, bem como de cooperação técnica com entidades nacionais e estrangeiras.

Art. 4º O Grupo Parlamentar reger-se-á pelo seu regulamento interno ou, na falta desse, pela decisão da maioria absoluta de seus membros fundadores, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor.

2

Parágrafo único. Em caso de lacuna desta Resolução ou do regulamento interno, aplicar-se-ão subsidiariamente as disposições do Regimento Comum do Congresso Nacional, do Regimento Interno do Senado Federal e do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, nessa ordem.

Art. 5º As atas das reuniões e os demais atos relativos às atividades do Grupo Parlamentar deverão ser publicados no Diário do Congresso Nacional.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Guiné, oficialmente República da Guiné, também chamada Guiné-Conacri para distingui-la da vizinha Guiné-Bissau, é um país da África Ocidental limitado a norte pela Guiné-Bissau e pelo Senegal, a norte e leste pelo Mali, a leste pela Costa do Marfim, a sul pela Libéria e pela Serra Leoa e a oeste pelo Oceano Atlântico. Com 246.000 quilômetros quadrados e dez milhões de habitantes, a Guiné é uma república e a capital, sede do governo e maior cidade é Conacri.

As relações diplomáticas entre Brasil e Guiné foram estabelecidas em 1973. A Embaixada no Brasil em Conacri foi inaugurada em 2006 e a Embaixada da Guiné em Brasília foi aberta em 2005. A instalação de Embaixadas residentes, a intensificação do contato de autoridades de alto nível e a assinatura de diversos acordos – como o de cooperação técnica – têm contribuído para adensar a relação bilateral.

A vertente econômica do relacionamento também tem se intensificado, inclusive por meio da atuação de empresas brasileiras na Guiné, que têm investido nos setores de prospecção e produção mineral. Entre 2004 e 2012, o volume de comércio entre os dois países passou de US\$ 14 milhões para US\$ 67 milhões.

A diplomacia parlamentar, moderna forma interlocução entre Estados soberanos, tem produzido resultados em prol da aproximação dos povos e da convivência harmoniosa entre Nações. Em particular, a atuação de grupos parlamentares, formalmente compostos com o objetivo de fortalecer relações bilaterais já existentes, tem sido exitosa na recente prática parlamentar brasileira, facilitando a atuação da diplomacia e da política externa como um todo. A influência dos Parlamentos nas relações internacionais vem ampliando-se em razão da crescente participação de legisladores em organizações parlamentares de âmbito regional e internacional.

3

A par desta tendência, é possível identificar também um interesse maior, entre os parlamentares, pelos rumos que tomam as relações externas do Brasil. De fato, as decisões concernentes à política internacional vêm produzindo maiores e mais profundos impactos no interior dos países, reverberando também, como é de se esperar, no Congresso Nacional.

É, portanto, salutar e natural a crescente atuação de grupos parlamentares transnacionais na recente prática parlamentar brasileira, reflexo do mundo globalizado, cujos problemas já não mais comportam soluções unilaterais e isoladas. A interação entre legisladores de diferentes nações promove o entendimento entre os povos e facilita soluções comuns para problemas que afetam o conjunto dos países.

No caso ora proposto, a formação de Grupo Parlamentar Brasil-Guiné irá permitir maior interação entre membros dos Poderes Legislativos de ambos os países. Em face das sobreditas possibilidades, e igualmente enfatizados desafios, acreditamos incumbir a esta Casa Parlamentar, diante de perspectiva alvissareira de aprofundamento de tão promissora parceria, que se instrumentalizem todos os canais cabíveis para incentivar as relações bilaterais.

Reveste-se, ainda, de particular importância porque se dirige a um país do continente africano, região onde o Brasil procura ser protagonista, em termos de presença política e cooperação econômica, técnica e cultural.

Nesse sentido, apresentamos o presente Projeto de Resolução, para que o Poder Legislativo dê sua contribuição – nos limites de suas competências constitucionais, e valendo-se de instrumento legítimo de diplomacia parlamentar – para realizar todo o potencial que a maior aproximação entre Brasil e Guiné pode comportar, pelo que esperamos granjear o apoio dos nobres senadores.

Sala das Sessões,

Senador **Magno Malta**

(Às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e Diretora.)

Publicado no **DSF**, de 13/5/2015

Secretaria de Editoração e Publicações – Brasília-DF
OS: 11980/2015